

Estágio Supervisionado em Unidades de Produção Agrícola

Susana Cardoso
Fábio de Lima Beck
Fernanda Bastos de Mello
Fábio Kessler Dal Soglio
Organizadores

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Estágio Supervisionado em Unidades de Produção Agrícola



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA**

Secretário

Sérgio Roberto Kieling Franco

Vice-Secretário

Silvestre Novak

Comitê Editorial

Lovois de Andrade Miguel

Mara Lucia Fernandes Carneiro

Silvestre Novak

Sílvio Luiz Souza Cunha

Sérgio Roberto Kieling Franco,
presidente

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lígia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Estágio Supervisionado em Unidades de Produção Agrícola

Susana Cardoso
Fábio de Lima Beck
Fernanda Bastos de Mello
Fábio Kessler Dal Soglio
Organizadores

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA


UFRGS
EDITORA


SEAD
Secretaria da
Educação a Distância


CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA
**PLANEJAMENTO E GESTÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

© dos Autores
1ª edição: 2011
Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto
Revisão: Ignacio Antonio Neis e Sabrina Pereira de Abreu
Editoração eletrônica: Michele Bandeira

Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS

Coordenador: Luis Alberto Segovia Gonzalez

Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

Coordenação Acadêmica: Lovois de Andrade Miguel

Coordenação Operacional: Eliane Sanguiné

E79 Estágio supervisionado em unidades de produção agrícola / organizadores Susana Cardoso ... [et al.] ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

100 p. ; 17,5x25cm

(Série Educação A Distância)

Inclui Referências.

1. Agricultura. 2. Educação. 3. Estágio supervisionado – Legislação – PLAGEDER. 4. Estágio supervisionado – Unidades de produção agrícola – PLAGEDER – EAD. 5. Tutoria a Distância – Relatórios de estágio – Prática pedagógica. I. Cardoso, Susana. II. Universidade Aberta do Brasil. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

CDU 378:631

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0143-2

SUMÁRIO

Apresentação	7
1 – A legislação sobre estágio de estudantes e sua aplicação no PLAGEDER	11
Susana Cardoso	
2 – O estágio supervisionado em unidades de produção agrícola no PLAGEDER: aproximando o ensino a distância	17
Fábio Kessler Dal Soglio	
3 – A experiência concreta do estágio	31
Fernanda Bastos de Mello	
4 – A experiência de tutoria a distância e os resultados alcançados através de relatórios de estágios: um esforço de práxis pedagógica a distância	39
Fábio de Lima Beck	
4.1 Planejamento e gestão para o desenvolvimento rural: a experiência do Estágio Supervisionado I nos polos de Constantina e de Picada Café	41
Francis dos Santos, Veridiane Aparecida Cavalli, Deloir Federice, Sinésio Geromir Klauck e Alexandre Luiz Klauck	
4.2 Vivências em unidades de produção agrícola: polos de São Lourenço do Sul e de São Francisco de Paula	45
Jaqueline Russczyk, Flávia Suzana Bork, Luiz Eduardo Silva Comim, Roberto de Camargo Junior e Solange Drews Aguiar Mengue	
4.3 Reflexões sobre a prática de estágio em UPAs no Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural: o caso dos polos de Santo Antônio da Patrulha e de Camargo	51
Josiane Carine Wedig, Daniela Brugnera, Herbert Fischborn, Isaias Buhler das Neves, Lucia Fioravanço Pinto, Renato Zanata e Rinaldo da Silva Brito	

4.4 A vivência de estágio nos polos de Balneário Pinhal e de Hulha Negra.....	58
Mariana Francisca Arreguy Muniz, Delmar Afonso Dietz e João José de Ávila Nunes	
4.5 A experiência de estágios no meio rural dos polos de Arroio dos Ratos e de Quaraí.....	65
Moisés da Luz, Jamir Fortunato Dalenogare, Janaina Bitencourt Holosbach e Gari Bibiano da Rosa Crixel	
4.6 Experiências em desenvolvimento rural: relatos de estágios nos municípios de Itaqui e de Três Passos	72
Raquel Lunardi, Ana Cristina Silveira Ozório, Ana Luisa Rodrigues Meus Kulman, Evandro Luis Meus Dalcin, Marita Claudete Minetto e Diomar Lino Formenton	
4 – Anexos	81

O estágio curricular nos cursos de graduação constitui-se em uma importante oportunidade para que o aluno vivencie a realidade, aprofunde conhecimentos e habilidades em sua área de interesse e também para que conheça melhor o ambiente de trabalho onde atuará profissionalmente.

A disciplina **Estágio Supervisionado I** – DERAD 018 do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na modalidade de ensino a distância, visa a proporcionar aos estudantes uma vivência junto a agricultores de sua região, possibilitando-lhes relacionar essa experiência aos conteúdos das disciplinas anteriores do Curso. Objetiva, além disso, auxiliá-los na problematização da realidade regional da agricultura, na perspectiva do desenvolvimento rural, propiciando o reconhecimento da estrutura, da organização e das especificidades das unidades de produção agrícola (UPAs) escolhidas como locais de estágio.

Este livro tem como autores os professores e tutores a distância responsáveis pela disciplina DERAD 018, bem como graduandos do PLAGEDER que cursaram a disciplina na primeira edição do Curso. Ressalta-se a diversidade de formação acadêmica dos docentes nas áreas de Agronomia, Medicina Veterinária e Pedagogia e dos tutores a distância nas áreas de Turismo, Biologia, Ciências Sociais, Desenvolvimento Regional e Processos Agroindustriais, que favoreceu um enfoque inter e multidisciplinar na estruturação e na condução da disciplina, desejável para um melhor conhecimento da realidade e para a elaboração de estratégias de desenvolvimento rural.

O livro é dividido em quatro capítulos, nos quais se abordam os aspectos legais, operacionais e pedagógicos da disciplina DERAD 018 e se desenvolve uma reflexão sobre a experiência vivenciada na prática pelos diferentes atores envolvidos: professores, tutores a distância e graduandos do PLAGEDER.

No capítulo 1, Susana Cardoso apresenta a legislação brasileira sobre estágio de estudantes e esclarece como os requisitos da lei foram aplicados no PLAGEDER. Informa quais foram os documentos necessários para a realização do estágio, as instâncias da Universidade que gerenciaram e registraram a documentação e o papel de atores externos à Universidade, tais como orientadores de campo.

No capítulo 2, Fábio Kessler Dal Soglio analisa a disciplina Estágio Supervisionado I e sua relação com o projeto político-pedagógico do PLAGEDER. Também faz uma reflexão sobre a concepção e a experiência da disciplina em um curso a distância, com

vistas à formação de profissionais que conheçam a realidade, que tenham um perfil crítico e inovador e que contribuam para a construção de processos de desenvolvimento rural.

No capítulo 3, Fernanda Bastos de Mello descreve a experiência concreta do estágio, apresentando a estrutura da disciplina DERAD 018, a forma de avaliação e a maneira como foi realizada a pendência. Relata igualmente dificuldades encontradas, bem como os resultados da avaliação da disciplina realizada pelos alunos, que, em sua maioria, consideraram positiva a experiência de estágio.

No capítulo 4, Fábio de Lima Beck apresenta uma síntese do trabalho realizado pelos tutores a distância da disciplina. Os textos dos tutores, cuja autoria é compartilhada com graduandos do PLAGEDER que cursaram a disciplina, caracterizam as regiões e as UPAs em que os estágios foram realizados e, para enriquecer e ilustrar essa caracterização, incluem uma seleção de partes de relatórios de estágio representativos dos polos atendidos. O tutor Francis dos Santos apresenta sua experiência juntamente com Veridiane Aparecida Cavalli, Deloir Federice, do polo de Constantina, Sinésio Geromir Klauck e Alexandre Luiz Klauck, do polo de Picada Café. A tutora Jaqueline Russczyk relata vivências em UPAs com a colaboração dos estudantes Flávia Suzana Bork, do polo de São Lourenço do Sul, Luiz Eduardo Silva Comim, Roberto de Camargo Junior e Solange Drews Aguiar Mengue, do polo de São Francisco de Paula. As reflexões da tutora Josiane Carine Wedig sobre a prática de estágio são desenvolvidas em parceria com os graduandos Herbert Fischborn, Isaias Buhler das Neves, Rinaldo da Silva Brito, do polo de Santo Antônio da Patrulha, Daniela Brugnera, Lucia Fioravango Pinto e Renato Zanata, do polo de Camargo. A tutora Mariana Francisca Arreguy Muniz apresenta vivências de estágio juntamente com os estudantes Delmar Afonso Dietz, do polo de Balneário Pinhal, e João José de Ávila Nunes, do polo de Hulha Negra. O tutor Moisés da Luz relata estágios realizados no meio rural, com a colaboração dos alunos Jamir Fortunato Dalenogare, do polo de Arroio dos Ratos, Janaina Bitencourt Holosbach e Gari Bibiano da Rosa Crixel, do polo de Quaraí. Finalmente, experiências em desenvolvimento rural registradas em relatórios de estágio são apresentadas pela tutora Raquel Lunardi, juntamente com os estudantes Ana Cristina Silveira Ozório, Ana Luisa Rodrigues Meus Kulman, Evandro Luis Meus Dalcin, do polo de Itaqui, Marita Claudete Minetto e Diomar Lino Formenton, do polo de Três Passos.

Com este livro, pretende-se ratificar a importância do Estágio Supervisionado I e salientar os cuidados necessários ao implementá-lo, não apenas para o cumprimento dos requisitos legais e para a diplomação dos alunos, mas como forma de proporcionar efetivamente uma experiência ímpar, fruto da vivência de situações reais e da convivência com diferentes atores sociais, que permita apreender seus modos de vida e a forma de produção das famílias rurais. Almeja-se que o estágio, com o auxílio das teorias estudadas, aguce a visão crítica e a capacidade de construção do conhecimento dos alunos, qualificando a formação dos profissionais que atuarão na perspectiva do desenvolvimento rural, da melhoria das condições de vida e da busca pela igualdade social.

Os organizadores desta obra agradecem ao técnico administrativo Jorge Luis Aguiar Silveira, da Comissão de Graduação do PLAGEDER, pelo apoio que prestou e pelo trabalho que realizou com empenho, principalmente no que diz respeito ao registro, ao gerenciamento e à manutenção dos documentos imprescindíveis à viabilização do estágio.

Espera-se que os textos aqui apresentados documentem os mais variados aspectos da experiência pioneira do estágio supervisionado no âmbito do PLAGEDER e que contribuam para incentivar uma reflexão sobre estágios de outros cursos.

Susana Cardoso

1 — A LEGISLAÇÃO SOBRE ESTÁGIO DE ESTUDANTES E SUA APLICAÇÃO NO PLAGEDER

*Susana Cardoso*¹

Até a década de 1970, a única regulamentação sobre estágio no Brasil encontrava-se na Portaria n° 1.002, de 29 de setembro de 1967, do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Esta Portaria centrava-se sobretudo na caracterização da inexistência de vínculo trabalhista na relação de estágio. Por se tratar de uma portaria, surgiram na época várias críticas, contestando a competência da Portaria para regulamentar a matéria (CONCEIÇÃO; AGUSTO JUNIOR; PELATIERI, 2008).

O estágio curricular de estudantes de ensino superior, de ensino profissionalizante de 2° grau e de ensino supletivo foi regulamentado pela Lei n° 6.494, de 7 de dezembro de 1977 (BRASIL, 1977). Essa Lei foi complementada pelo Decreto n° 87.497, de 18 de agosto de 1982 (BRASIL, 1982), que dispunha sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior. Para efeitos do referido Decreto, eram consideradas estágio curricular

[...] as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino (Art. 2°).

Esta era a legislação que vigorava no Brasil até ser sancionada a Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre o estágio de estudantes. Diferentemente das legislações anteriores, que se preocupavam mais com as questões trabalhistas decorrentes do estágio, a lei vigente procura reforçar o caráter educacional do estágio e estabelecer alguns mecanismos de controle sobre essa atividade, para evitar que o estágio sirva de subterfúgio para o rebaixamento das condições de trabalho no país (Anexo 1).

A Lei n° 11.788, que trata da definição, da classificação e das relações de estágio, em seu Art. 1°, define estágio como

¹ Graduada em Medicina Veterinária pela UFRGS; mestre em Zootecnia pela UFRGS; doutora em Tecnologia de Alimentos pela UNICAMP; Professor Adjunto do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

No mesmo Art. 1º, § 2º, a Lei também estabelece que o estágio “faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando” e que ele “visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”.

Um dos maiores avanços dessa nova legislação é a preocupação com o caráter pedagógico do estágio e com o acompanhamento sistemático que ele deverá ter por parte da instituição de ensino.

Sobre a classificação do estágio, a Lei precisa que “o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso” (*caput* do Art. 2º) e que “estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma” (Art. 2º, § 1º).

No caso da disciplina Estágio Supervisionado I, do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), na modalidade de Educação a Distância (EAD), tema deste livro, o estágio é considerado obrigatório, com uma carga horária de 150 horas, sendo, portanto, requisito para a aprovação no Curso e a obtenção de diploma. Nos capítulos seguintes, serão mais amplamente discutidas as experiências vivenciadas na disciplina.

Em seu Art. 3º, a Lei também estabelece que os estágios, obrigatórios ou não-obrigatórios, não criam vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

- I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior [...];
- II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Atendendo aos requisitos da Lei, para cursar a disciplina DERAD 018 no PLAGEDER, os alunos devem estar devidamente matriculados e frequentando regularmente o Curso.

A Comissão de Graduação (COMGRAD-PLAGEDER) é uma instância da Universidade que tem fundamental importância para que as formalidades dos estágios sejam adequadamente cumpridas, pois essa Comissão é responsável por registrar, gerenciar e manter todos os documentos legais necessários à realização dos estágios curriculares.

A legislação estabelece a obrigatoriedade de formalização de um instrumento jurídico denominado Termo de Compromisso, o qual prevê as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do Curso, à etapa e à modalidade da formação do estudante, bem como ao horário e ao calendário escolar. A principal finalidade do Termo de Compromisso é comprovar perante as autoridades competentes a inexistência de vínculo empregatício entre o estagiário e a organização que acolherá o estudante. Na UFRGS, a Secretaria de Assistência Estudantil (SAE) é responsável pelo gerenciamento dos estágios obrigatórios e pela celebração do Termo de Compromisso entre a Universidade, o aluno e a parte concedente do estágio.

Devido às características do Estágio Supervisionado I, que, conforme o projeto pedagógico do Curso, deve ser realizado em unidades de produção agrícola (UPAs), foi solicitada pela COMGRAD-PLAGEDER uma pequena modificação na terminologia usada no Termo de Compromisso usado genericamente na Universidade, que, na maioria das vezes, tem como parte concedente empresas ou órgãos inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); assim, no caso das UPAs, os agricultores que acolhessem os alunos para estágio poderiam, se não dispusessem de CNPJ, apresentar como documento seu Cadastro de Produtor Primário (PPR) junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, ou o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do proprietário/arrendatário da UPA, ou o Registro Geral da Pesca (RGP), quando se trata de pescadores profissionais na pesca artesanal, também universo de ação do desenvolvimento rural e possível local para realização do estágio. Por ser o Termo de Compromisso um instrumento legal, a solicitação de modificação do texto foi encaminhada à Procuradoria Geral da UFRGS, que, após o exame da questão, facultou o uso dos documentos supramencionados para identificar a parte concedente do estágio, adequando-o à realidade da disciplina. O modelo do Termo de Compromisso utilizado para os alunos da disciplina DERAD 018 pode ser conferido no Anexo 2.

Verifica-se um grande receio das partes concedentes do estágio em responsabilizar-se por acidentes que porventura venham a ocorrer com o estagiário durante o período de estágio. Por isso, a legislação vigente prevê que, no caso de estágio obrigatório, pode ser assumida pela instituição de ensino a responsabilidade por “contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso” (inciso IV do Art. 9º da Lei nº 11.788). No caso dos estágios de graduandos da UFRGS, a Secretaria de Assistência Estudantil indica o número da apólice de seguro e o nome da empresa contratada pela Universidade, conforme consta no Termo de Compromisso (Anexo 2).

Outra exigência da Lei nº 11.788 (§ 1º do Art. 3º), por ser o estágio um ato educativo supervisionado, é a necessidade de acompanhamento efetivo por um professor orientador da instituição de ensino e por um supervisor da parte concedente, denominado, no caso da disciplina DERAD 018, orientador de campo. No planejamento da disciplina, ficou estabelecido que poderia ser orientador de campo um profissional com curso superior relacionado com o Desenvolvimento Rural que se dispusesse a assinar o Termo de Compromisso e o Plano de Atividades e que, quando solicitado,

prestasse aconselhamento técnico ao estagiário. Sugeriu-se aos alunos procurarem profissionais que estivessem atuando como técnicos nas prefeituras municipais, nos órgãos de assistência técnica e extensão rural, nas associações de produtores ou nas cooperativas, e/ou profissionais autônomos que atuassem nas UPAs escolhidas para a realização do estágio ou o mais próximo possível destas. Os professores orientadores da UFRGS foram os quatro professores da disciplina (um Engenheiro Agrônomo, duas Médicas Veterinárias e um Pedagogo), cada um responsável por determinado grupo de alunos do Curso e devendo assinar os respectivos Termos de Compromisso.

O Art. 6º da Lei nº 11.788 estabelece que “o local do estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração”. Pelo fato de o Curso de Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural estar em sua primeira edição na UFRGS, não se dispunha de cadastro de UPAs nos municípios ou regiões em que estavam instalados os 12 polos do PLAGEDER quando do oferecimento do Estágio Supervisionado I (Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal, Camargo, Constantina, Hulha Negra, Itaqui, Picada Café, Quaraí, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, São Lourenço do Sul e Três Passos). A falta de um banco de dados com o cadastro de UPAs interessadas em oferecer oportunidades de estágio para facilitar a intermediação da Universidade e dos alunos foi um fator limitante que devia ser suprido. Acredita-se que o cadastro dos dados das UPAs e dos profissionais que se dispuseram a orientar os estágios nesta primeira edição do PLAGEDER, bem como das informações sobre possíveis propriedades e orientadores de campo fornecidas pelos coordenadores dos polos e pelos tutores presenciais, que conhecem melhor a realidade local e regional em que atuam, propiciará às turmas seguintes que cursarem a disciplina maior facilidade de acesso e mais ampla escolha de locais de estágio adequados não só às expectativas individuais dos alunos, como também ao objetivo do Curso.

Foi emitido pela COMGRAD-PLAGEDER e enviado a cada um dos polos envolvidos um certificado destinado aos agricultores/UPAs e outro destinado aos orientadores de campo que, respectivamente, acolheram e orientaram os estudantes em seus estágios, como expressão de reconhecimento por sua contribuição para a formação dos alunos e para a qualificação do Curso. Esses certificados, que traziam a assinatura do Coordenador do Curso e de um dos professores responsáveis pela disciplina, foram muito bem recebidos tanto pelas famílias de agricultores quanto pelos profissionais que orientaram os alunos; e serviram de estímulo para o oferecimento de novas oportunidades de estágio pelas UPAs e de orientação por profissionais da área de Desenvolvimento Rural para futuros estagiários.

O Capítulo II da Lei nº 11.788, que trata das obrigações das instituições de ensino em relação aos estágios de seus educandos, determina que se deve “exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades” (inciso IV do Art. 7º). Para a disciplina DERAD 018, exigiu-se de cada aluno, durante o período de estágio, a postagem na plataforma MOODLE de um “registro semanal de atividades” com a descrição de tudo aquilo que o estagiário estava

vivenciando na UPA. Ao final do estágio, também era requisito para a conclusão da disciplina e a obtenção de conceito para aprovação a elaboração de um relatório contendo a descrição de toda a experiência vivenciada, a análise desta com base nos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas anteriormente cursadas e uma avaliação crítica da experiência (assunto que será mais bem detalhado nos capítulos subsequentes deste livro).

A Lei prevê ainda, em seu Art. 7º, que um plano de atividades do estagiário seja elaborado em acordo das três partes envolvidas (estagiário, parte concedente do estágio e instituição de ensino). A elaboração do plano de atividades requer que o estudante tenha um conhecimento prévio sobre a UPA no que se refere à realidade da agricultura que ele acompanhará no decorrer do estágio. Para a disciplina DERAD 018, foi proposto um modelo de Plano de Atividades que continha, além dos dados de identificação do estagiário, da UPA, do orientador de campo e do supervisor de estágio na UFRGS, a descrição das atividades que seriam desenvolvidas durante o estágio e a carga horária destinada a cada uma das atividades (Anexo 3). Cada Plano de Atividades deveria ser assinado pelo estagiário e pelo orientador de campo e ser anexado ao Termo de Compromisso para registro na SAE.

A jornada de atividade em estágio deverá ser definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário, devendo constar do termo de compromisso que ela é compatível com as atividades de ensino (Art. 10º da Lei nº 11.788). No caso do PLAGEDER, os alunos poderiam ter uma jornada de até 40 horas semanais de estágio, incluindo os finais de semana (sábados e/ou domingos), desde que os responsáveis pelas UPAs concordassem. A possibilidade de cumprir parte da carga horária do estágio em finais de semana foi especialmente importante para os alunos trabalhadores, que não dispunham de tempo para a realização do estágio durante os dias de semana. Como muitas atividades nas UPAs, tais como alimentação dos animais, ordenha das vacas leiteiras, plantio e colheita de vegetais, entre outras, são desenvolvidas diariamente, não haveria prejuízo para a realização de estágio nos finais de semana; e estes poderiam, além disso, ser períodos propícios para os estagiários se encontrarem e interagirem com as pessoas que não trabalham na propriedade, mas que são membros da família e nela residem.

Para atender a todos os requisitos da nova lei de estágios, foi necessária, por parte dos responsáveis pelo Estágio Supervisionado I e da COMGRAD-PLAGEDER, a elaboração de vários documentos e controles, já anteriormente citados, pois foi a primeira vez que essa disciplina foi oferecida no Curso.

Visando ao cumprimento da lei, foi determinado que os estudantes só poderiam iniciar seus estágios depois que toda a documentação tivesse sido analisada, assinada e aprovada pelos professores responsáveis pela disciplina e pela COMGRAD-PLAGEDER. Por se tratar de documentos impressos e assinados por várias pessoas que estavam fisicamente em locais distintos – como os agricultores e os orientadores de campo, que se encontravam nos municípios-sede dos polos, o Coordenador do Curso e os supervisores da UFRGS, que se encontravam na sede do Curso, em Porto Alegre –, foi preciso digitar e postar os documentos na plataforma MOODLE para a

coleta das assinaturas e o arquivamento dos documentos no sistema de base de dados da UFRGS. Essas operações demandaram muito trabalho e muita organização por parte de todos os envolvidos com a disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação vigente sobre estágio de estudantes, formulada na Lei nº 11.788, procura reforçar o caráter educacional do estágio e estabelecer alguns mecanismos de controle sobre essa atividade. Por isso, ao conceber o Estágio Supervisionado I e ao implementá-lo no PLAGEDER, tentou-se reforçar o caráter educacional dessa disciplina na perspectiva da teoria da aprendizagem vivencial, segundo a qual “o estágio curricular não é simplesmente uma experiência prática vivida pelo aluno, mas uma oportunidade para refletir, sistematizar e testar conhecimentos teóricos e instrumentos discutidos durante o curso de graduação” (ROESCH, 2009, p. 4).

Todos os requisitos previstos pela legislação, tais como plano de atividades, termo de compromisso, seguro contra acidentes pessoais, carga horária, orientação de campo e supervisão docente, foram atendidos, a fim de que os alunos realizassem os estágios supervisionados de acordo com a lei; e foram estabelecidos, no PLAGEDER, mecanismos de controle interno, com o intuito de registrar, gerenciar e arquivar adequadamente os documentos necessários à realização do estágio.

Do ponto de vista legal e educacional, considera-se que a disciplina Estágio Supervisionado I atingiu seus objetivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências.

_____. Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes [...] e dá outras providências.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; AUGUSTO JUNIOR, Fausto; PELATIERI, Patrícia Toledo. A nova regulamentação do estágio: Lei nº 11.788/2008. *Jus Navigandi*, Teresina, a. 13, n. 2000, 22 dez. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12115>>. Acesso em: 17 maio 2010.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. Colaboração de Grace Vieira Becker e Maria Ivone de Mello. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

2 — O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO PLAGEDER: APROXIMANDO O ENSINO A DISTÂNCIA

*Fábio Kessler Dal Soglio*²

Os estágios curriculares, de maneira geral, têm a função de permitir que os estudantes vivenciem a realidade de seus campos de estudo e que possam aplicar alguns dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas cursadas. Em cursos presenciais, os estágios são caracterizados pelo afastamento dos estudantes das condições de sala de aula, assumindo, assim, propriedades semelhantes às do ensino a distância (EAD). Paradoxalmente, é nas atividades de estágio em cursos de educação a distância que o ensino adquire uma característica de maior contato entre pessoas, sendo, por isso, consideradas atividades presenciais, raras ao longo dos cursos. Dessa forma, é importante que aspectos de estágios supervisionados obrigatórios em cursos de graduação na modalidade de EAD sejam analisados, especialmente quanto a seus objetivos, execução, sucessos e problemas. A experiência da disciplina Estágio Supervisionado I é, pois, um caso a ser examinado, tendo-se por base sua relação com o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), no qual está inserida.

Em outros capítulos deste livro, são descritas a estrutura e as ferramentas utilizadas para o oferecimento da disciplina e expostos aspectos legais e operacionais a ela relacionados; além disso, são apresentados e comentados alguns dos relatórios de estágio elaborados, individualmente ou em grupos, por alunos. No presente capítulo, pretende-se, por um lado, desenvolver uma reflexão sobre a experiência em si, sobre o que funcionou e o que deu errado e sobre as lições aprendidas e, por outro, verificar se seus objetivos foram alcançados.

O foco principal da análise são a perspectiva do projeto pedagógico do Curso e reflexões baseadas nas experiências dos professores responsáveis por estágios supervisionados em cursos presenciais nas áreas de Agronomia e Veterinária. Esses professores foram incumbidos de desenvolver, com base em suas experiências, a disciplina de Estágio Supervisionado no curso PLAGEDER, partindo de um programa que se

² Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); especializado em Melhoramento de Plantas pela Universidade de Wageningen – Holanda; mestre em Fitotecnia pela UFRGS; doutor em Fitopatologia pela University of Illinois at Urbana – Champaign; Professor Associado do Departamento de Fitossanidade da Faculdade de Agronomia/UFRGS; editor-chefe da *Revista Brasileira de Agroecologia*.

limitava a uma súmula, a um calendário com prazos de início e fim e à determinação de que a atividade teria 150 horas. No mais, tiveram a liberdade de criar uma estrutura, de desenvolver materiais didáticos e documentos legais e de executar a disciplina em conjunto com os tutores a distância. A análise dessa experiência pode, assim, servir para que outros cursos EAD decidam pela inclusão e por uma melhor adequação de estágios em seus projetos pedagógicos, além de contribuir para o aprimoramento do PLAGEDER em futuras edições.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTÁGIOS EM EAD E SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO PLAGEDER

Estágios supervisionados, obrigatórios ou não, são componentes curriculares encontrados em muitos dos cursos de graduação brasileiros, sendo recomendados e, em alguns casos, até exigidos pelas diretrizes curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), como ocorre com os cursos de Agronomia, Arquitetura, Pedagogia e outros. Esta também é a realidade em alguns cursos superiores de tecnologia, como o PLAGEDER, pois, embora não sejam obrigatórios, os estágios são incentivados pelo CNE como forma de articular teoria e prática, promovendo a pesquisa individual ou coletiva (Parecer CNE/CP nº 29/2002 e Resolução CNE/CP nº 3/2002). Em alguns cursos tecnológicos de graduação, não são previstos estágios como parte integrante do currículo, o que pode estar relacionado à concepção de que cursos tecnológicos devem ser mais “enxutos” e à ideia de que os estágios acabam sendo eliminados dos projetos pedagógicos por não poderem ser incluídos na carga horária mínima, por força de resolução do CNE. Muitos cursos superiores tecnológicos entendem que devem ater-se às tecnologias que ensinam, e não reconhecem a importância que tem a formação dos futuros profissionais no sentido de se prepararem para poder, de forma crítica e interdisciplinar, atuar junto à sociedade.

A valorização dos estágios na formação dos estudantes do ensino superior, tecnológicos ou não, tem sido a tendência preponderante, embora em algumas situações ela até mereça críticas. O alvo de tais críticas são estágios que não oferecem a possibilidade de aplicação ampla dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes, que acabam sendo usados como mão de obra de baixo custo. Essa relação de estagiários com o mercado de trabalho, mesmo após a regulamentação dos estágios pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, por vezes expõe educandos a experiências que se reduzem a trabalhos meramente repetitivos, que não lhes permitem vivenciar aspectos mais amplos de seus campos de trabalho e da realidade da vida. Essa condição, no entanto, não pode ser generalizada, especialmente quando os estágios são supervisionados e concebidos em uma perspectiva pedagógica. Nessa perspectiva, devem propiciar aos educandos a valorização de diferentes aspectos de suas áreas de formação e, ao mesmo tempo, instrumentá-los para relacionarem os conteúdos anteriormente estudados com os problemas vivenciados na situação de estágio. Cabe, por isso, à instituição

de ensino e ao projeto pedagógico dos cursos superiores tecnológicos propor estágios supervisionados com a devida definição de objetivos e de perspectivas, munindo-os de ferramentas capazes de assegurar que estes sejam atingidos e que contribuam para a formação de profissionais dotados de senso crítico e habilitados a propor soluções inovadoras adaptadas às condições que irão encontrar no exercício de sua profissão.

Com relação às modalidades de ensino, a realidade dos estágios tem se desenvolvido rotineiramente sobretudo em cursos de graduação presencial, com todo o controle e acompanhamento necessários por parte das instituições de ensino para conferir qualidade a essa atividade. Entretanto, nos últimos anos, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), ampliaram-se os espaços para os cursos de graduação na modalidade de EAD; e, nessa nova modalidade de ensino, a supervisão dos estágios, instância à qual compete afiançar a qualidade da disciplina e, conseqüentemente, o aproveitamento da experiência pelos educandos, passou a constituir um problema.

Segundo Faria (2006), a EAD tornou-se uma opção relevante para a formação de profissionais de nível superior a partir dos anos 1990, graças à criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) no Ministério da Educação (MEC), a diversos programas nacionais de apoio à EAD e à introdução da EAD em várias universidades brasileiras, públicas e privadas. A partir de 2001, o MEC, através de portarias, e o Conselho Nacional de Educação, através de resoluções, passaram a regular e a qualificar a EAD para uma melhor atuação na educação superior, em cursos de graduação e pós-graduação, incluindo o incentivo à utilização de ferramentas de EAD em até 20% dos cursos presenciais. Em 2007, a SEED/MEC publicou o documento *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância*, no qual faz inúmeras recomendações que os proponentes de cursos de EAD, ao formularem suas propostas, devem levar em consideração para poderem assegurar qualidade de educação. Entre outras considerações sobre a necessidade de garantir a qualidade de cursos de graduação na modalidade de EAD, a SEED observa que, em primeiro lugar, se faz mister compreender a EDUCAÇÃO para, depois, se trabalhar o modo de organização: A DISTÂNCIA. Nesse sentido, o documento salienta que

[...] o ponto focal da educação superior – seja ela presencial ou a distância, nas inúmeras combinações possíveis entre presença, presença virtual e distância – é o desenvolvimento humano, em uma perspectiva de compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa. Daí a importância da educação superior ser baseada em um projeto pedagógico e em uma organização curricular inovadora, que favoreçam a integração entre os conteúdos e suas metodologias, bem como o diálogo do estudante consigo mesmo (e sua cultura), com os outros (e suas culturas) e com o conhecimento historicamente acumulado (SEED, 2007, p. 9).

Fica evidente, quando se espera que cursos de graduação na modalidade de EAD promovam qualidade, desenvolvimento humano e compromisso com a justiça

social, ser necessária a inclusão de estágios supervisionados em seus projetos pedagógicos. Entretanto, a possibilidade de supervisão e de acompanhamento dos educandos por parte das instituições apresenta alguns desafios, especialmente no que concerne à capacidade de cobrir áreas geográficas maiores que aquelas que as instituições de ensino presencial normalmente cobrem. Isso, por ser maior o número de educandos que precisam de supervisão, e menor o conhecimento que têm os professores, supervisores e tutores a distância quanto às características prevalentes nas diferentes regiões e quanto à adequação dos locais disponíveis para estágios aos objetivos do projeto pedagógico. Assim sendo, passa a ser uma missão dos responsáveis pelo planejamento e execução dos estágios em cursos de graduação na modalidade de EAD, tecnológicos ou não, criar uma estrutura e mecanismos de supervisão e de correção de problemas tais que ensejem aos alunos alternativas e condições para participação nos estágios de forma a serem alcançados seus principais objetivos.

Em muitos cursos de graduação na modalidade de EAD, como os relacionados à educação e a trabalhos específicos, os estágios são oferecidos ao final do curso, de modo a permitir aos educandos exercitarem alguns dos conhecimentos profissionais adquiridos ao longo de sua formação. Nesses casos, ocorre que os educandos empreendam o estágio com alguns conhecimentos cristalizados, sem espaço de manobra, e, por isso, a ação deles muitas vezes se apresenta pouco flexível, ou até preconceituosa, frente às realidades locais, devido à falta de vivência face à diversidade existente no mundo real. Por outro lado, há casos em que os estágios servem para que os estudantes se exponham à realidade dos locais onde deverão atuar como profissionais, a fim de poderem observar na prática situações que serão posteriormente discutidas nos cursos e preparar-se, assim, para abordar a realidade de forma crítica. Essas diferentes situações, que chegam a ser antagônicas, são encontradas com frequência em projetos pedagógicos dentro de uma mesma área do conhecimento, refletindo diferenças entre políticas pedagógicas das instituições de ensino superior.

Cabe aos idealizadores dos projetos pedagógicos dos cursos, caso optem pela inclusão de estágios, definir quais serão as funções pedagógicas destes e como eles deverão ser conduzidos. Atualmente, nos projetos pedagógicos, não raro os estágios são pensados com um enfoque humanístico, visando a ensinar aos educandos a vivência de uma realidade multifacetada, para que possam não apenas aplicar conhecimentos, mas, principalmente, desenvolver um senso crítico sobre sua inserção na sociedade, de sorte que sejam estimulados a agir de forma construtiva, propositiva, e não apenas reativa. E é esta a perspectiva dos estágios supervisionados no PLAGEDER, especialmente na disciplina Estágio Supervisionado I, que objetiva propiciar aos alunos uma vivência em UPAs da região em que vivem.

No projeto pedagógico do PLAGEDER, que tem como objetivo geral “oferecer uma formação em nível superior com vistas a capacitar profissionais com perfil crítico e inovador para atuarem em questões relativas ao desenvolvimento, planejamento e gestão rural em nível local e regional [...]” (PLAGEDER, 2007, p. 2), os Estágios Su-

pervisionados I e II são atividades fundamentais que, juntamente com seminários integradores, “têm como objetivo permitir a síntese e a confrontação dos conteúdos dos diferentes componentes curriculares com a realidade” (p. 3). Salienta-se igualmente no projeto pedagógico que esses estágios supervisionados têm estreita vinculação com os eixos temáticos, sendo indispensáveis à formação dos estudantes, por permitirem a aproximação tanto com a realidade local quanto com o mundo profissional.

Evidentemente, os objetivos do projeto pedagógico não poderiam ser alcançados se não houvesse uma mínima concordância entre as disciplinas formadoras e os estágios quanto aos conceitos trabalhados, especialmente com relação ao *desenvolvimento rural*. Assim, embora não esteja totalmente explícito em seu projeto pedagógico, podemos, com base nas temáticas discutidas nas disciplinas oferecidas, assumir como um conceito geral de *desenvolvimento rural* aquele discutido na disciplina Teorias do Desenvolvimento – DERAD 003 (CONTERATO; FILLIPI, 2009), que destaca a perspectiva de Ploeg et al. (2000) de que desenvolvimento rural pode ser tomado como um novo paradigma – em substituição ao paradigma da modernização da agricultura – que, além da dimensão econômica, busca incluir novas dimensões às perspectivas do desenvolvimento. Destacam-se entre essas dimensões a busca de modelos de agricultura sustentável, a valorização das paisagens como bens públicos, o reforço a dinâmicas e sinergias nos ecossistemas locais, a pluriatividade das famílias rurais e a substituição das economias de escala por economias de escopo.

Lembram Conterato e Fillipi (2009) que esse novo paradigma implica observar o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva multinível. Em nível global, são fundamentais as percepções sobre novas relações entre agricultura e sociedade, ao que se pode acrescentar a necessidade de integrar perspectivas ambientais. Em nível intermediário, ou regional, ressalta-se a necessidade de desenvolvimento de um novo modelo agrícola que leve em consideração as sinergias entre ecossistemas locais e regionais. E, em nível dos indivíduos, salientam-se novas possibilidades de alocação do trabalho familiar, de forma a garantir a reprodução social. Além de multinível, o paradigma do desenvolvimento rural também é multiator, pois inúmeros são os envolvidos no processo, e multifacetado, pois múltiplas são as práticas e atividades que podem ser realizadas.

Organizar todas essas perspectivas de um novo paradigma nas diferentes regiões não pode ser plenamente atingido em um curso formal, limitado pelo tempo, especialmente quando oferecido a distância. Assim, será necessário ir ao encontro das realidades regionais e propiciar aos estudantes a vivência de diferentes situações, de modo que possam conviver com diferentes atores e observar novas perspectivas. Esta foi a motivação para a proposta de dois estágios supervisionados no projeto pedagógico do PLAGEDER, sendo o primeiro (Estágio Supervisionado I) voltado à perspectiva da vida e da produção das famílias rurais e o segundo (Estágio Supervisionado II), à perspectiva da transformação de produtos agrícolas e da inserção da agroindustrialização nesse paradigma. No presente capítulo, interessa-nos o primeiro, que tem os seguintes objetivos:

A partir dos conteúdos teóricos e metodológicos proporcionados até então pelo curso, em especial neste *Eixo Temático*, propõe-se ao aluno a realização de um estágio em uma unidade de produção agrícola. O estágio tem como objetivo valorizar as diversas dinâmicas da prática profissional (em especial a inserção no ambiente de trabalho e o reconhecimento da formação disponibilizada pelo Curso frente à situação vivenciada), assim como permitir ao aluno confrontar os conteúdos e conhecimentos adquiridos [com] a realidade vivenciada no local do estágio. Além do reconhecimento da estrutura, da organização e das especificidades da unidade de produção agrícola, o aluno deverá proceder a uma avaliação socioeconômica e produzir proposições de desenvolvimento para a unidade de produção. Nessa atividade de estágio supervisionado, o aluno terá o acompanhamento e supervisão de tutor local e do professor responsável pela disciplina. O aluno deverá produzir relatório restituindo a situação, as perspectivas futuras, assim como as propostas identificadas para a unidade de produção (PLAGEDER, 2007, p. 17-18).

Partindo, pois, da definição do que se entende por desenvolvimento rural – conceito complexo e de difícil consenso até entre os professores que conceberam o curso do PLAGEDER e o Estágio Supervisionado I e que se envolveram em sua execução –, era necessário organizar a atividade de forma a permitir aos estudantes vivenciar múltiplas perspectivas. Foi visando a esses objetivos e tendo em mente essas possibilidades que a equipe de professores responsável pelo estágio passou a trabalhar.

A CONCEPÇÃO DO ESTÁGIO: DESBRAVANDO CAMINHOS

Superados os desafios iniciais, de apropriação pelos professores das ferramentas básicas do EAD, que no PLAGEDER estão disponíveis através da plataforma MOODLE, e da adaptação dos alunos à virtualização, passou-se à discussão sobre as características do estágio, a fim de melhor definir as opções de locais de estágio e os procedimentos e períodos adequados para que os objetivos da atividade pudessem ser alcançados por alunos que, em geral, dispõem de pouco tempo para atividades presenciais.

Considerando que a agricultura, especialmente no Rio Grande do Sul, apresenta um leque muito grande de estilos e de organizações e que, nas regiões em que o PLAGEDER é oferecido, ou seja, em 12 polos espalhados pelo estado, se encontram muitos desses estilos, uma opção seria restringir os estágios a vivências em determinados tipos de UPAs, que representassem, por exemplo, estilos de agricultura familiar. No entanto, visando à ampliação do escopo e não pretendendo repassar uma visão de posição ideológica, a decisão foi não limitar os tipos de UPAs, mas facultar aos alunos o convívio com toda a diversidade de estilos e, portanto, com a realidade mais ampla da agricultura do estado.

Após essa definição, passou-se à organização do estágio e aos procedimentos necessários para que os estudantes pudessem escolher locais adequados para essa atividade. Como os alunos deveriam dedicar a ela um total de 150 horas, a atividade foi dividida

em três fases: a primeira, de preparação, com dedicação de 25 horas dos estudantes para planejar e legalizar o estágio; a segunda, o estágio propriamente dito, cobrando-se a presença dos alunos durante 100 horas nos locais por eles escolhidos; e a última, de elaboração e apresentação dos relatórios, exigindo-se para tanto uma dedicação de 25 horas.

A fase de preparação – Foram previstas, para essa fase, 25 horas, de modo que houvesse um tempo disponível para a definição do local de estágio, a adequação de um plano de atividades, a legalização do estágio e o registro dos estudantes junto à Secretaria de Assuntos Estudantis da Universidade, que lhes garantiria cobertura de seguro contra acidentes durante as atividades da disciplina, como exigido pela Universidade para todos os estagiários. Essa fase foi iniciada com uma aula presencial em que os tutores a distância apresentaram a disciplina e com a disponibilização na plataforma MOODLE de uma série de materiais preparatórios, documentos para o registro e o planejamento dos estágios, e tutoriais orientando como estes deveriam ser preenchidos. Como a fase de preparação precisaria contemplar o tempo necessário para que os estudantes encontrassem locais de estágio, convidassem profissionais com curso superior para atuarem como orientadores de campo e planejassem suas atividades de estágio, estimou-se, para o cumprimento dessas tarefas, a necessidade de dedicação de 25 horas pelos estudantes e, para tanto, definiu-se o prazo de um mês. É preciso lembrar que, além de constituir uma novidade para os estagiários, essa fase demandaria um tempo de buscas e negociações que nem sempre são fáceis em municípios pequenos, especialmente levando-se em conta as limitações de tempo dos estudantes. Na execução dessa fase, foram poucas, de modo geral, as dificuldades observadas, exceto que, como a disciplina implicava procedimentos consideravelmente diferentes dos das demais disciplinas, os estudantes manifestaram inicialmente muitas dúvidas que precisaram ser rapidamente resolvidas pelos tutores presenciais. Essa dificuldade inicial talvez pudesse ter sido mais prontamente sanada se os tutores locais e os coordenadores de polos estivessem mais envolvidos no planejamento e na execução do estágio.

Uma questão relevante relacionada a possíveis problemas éticos foi levantada logo no início por estudantes e tutores a distância. A questão referia-se a relatórios que contivessem informações potencialmente comprometedoras para os agricultores, que se referissem, por exemplo, ao não cumprimento de leis ambientais ou de leis reguladoras da produção e da comercialização de produtos agrícolas. Como a divulgação de tais informações através de relatórios poderia causar mal-estar aos agricultores ou problemas deles com órgãos de fiscalização, propôs-se que os responsáveis pelas UPAs em que os estágios fossem realizados preenchessem e assinassem um Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido que contivesse explicações sobre a função do estágio e sobre a elaboração do respectivo relatório final. Ao assinar esse termo de consentimento, o responsável pela UPA poderia optar quer por autorizar o relatório integralmente, quer por exigir sigilo, omitindo-se, nesse caso, a identificação da UPA e de seus proprietários ou responsáveis.

Ao final da fase de preparação do estágio, embora em alguns polos o apoio de tutores presenciais e de coordenadores tenha sido limitado, até por não ter sido pensado inicialmente, os estudantes conseguiram, na maioria dos casos, escolher propriedades que cumpriam com as exigências da disciplina. Ficou evidente, no entanto, que uma participação mais ampla de mediadores locais, ligados ou não ao Curso, poderia ter facilitado a realização dessa fase, incluindo apoio à escolha das UPAs, de modo que se atingissem mais facilmente as metas da atividade. Foi bastante difícil para professores e tutores a distância opinar sobre as melhores opções; e os estudantes acabaram, por vezes, optando por realizar a atividade em grupos, estagiando em uma mesma UPA e restringindo, assim, as oportunidades de experiências diferentes que pudessem ser posteriormente permutadas com os colegas.

Houve uma diferenciação entre os polos quanto às preferências dos estudantes relacionadas aos tipos de UPAs. Em alguns polos, a preferência foi por UPAs representativas das unidades de produção de base familiar, mais frequentes nessas regiões. Em outros polos, a preferência foi por unidades de produção consideradas modelos, as quais, por vezes, eram menos representativas das respectivas regiões. Em alguns polos, enfim, prevaleceu a opção por estágios em unidades de produção empresariais, especialmente nas regiões com predomínio desse tipo de atividade, o que parece ter limitado a percepção, por parte dos estudantes, da necessidade de mudanças de paradigma.

A fase de estágio – À atividade de estágio propriamente dito os estudantes deveriam dedicar 100 horas, tempo que os responsáveis pela organização da disciplina consideraram adequado para que os estagiários realizassem a tarefa de forma satisfatória, dentro do prazo estipulado pelo projeto pedagógico, sem comprometer as demais atividades que eles normalmente desenvolvem. Calculou-se que a dedicação de seis horas por dia, nos finais de semana, permitiria aos estudantes com menor disponibilidade de tempo concluir a atividade satisfatoriamente. Isso, levando em conta que, em geral, um número significativo de atividades são realizadas nas UPAs aos sábados e domingos. De fato, a previsão foi acertada, e poucos foram os estudantes que encontraram dificuldades para encerrar essa fase no prazo fixado. Uma minoria dos estudantes retardou o início do estágio por conta de problemas pessoais, mas eles conseguiram em geral contornar a dificuldade dedicando à atividade mais dias durante a semana.

O controle da frequência aos estágios foi realizado principalmente pela cobrança da postagem semanal, na plataforma MOODLE, de registros das atividades desenvolvidas. Esse instrumento também cumpriu com a finalidade de auxiliar os estagiários a consignarem suas experiências, visando à elaboração do relatório final. Houve, conforme previsto, alguns casos de atrasos nas postagens dos registros de atividades, mas, de maneira geral, essa ferramenta se revelou apropriada ao acompanhamento dos estudantes pelos tutores a distância. Ao responderem aos registros postados, os tutores tinham a oportunidade de recomendar aos estudantes mudança de atitude, avaliar a dedicação e as dificuldades de cada um e até mesmo fazer comentários que

enriqueceram a experiência. Parte da avaliação dos estudantes foi construída com base não somente na assiduidade das postagens como também na qualidade dos registros, porque estas foram levadas em consideração pelos tutores na definição do conceito a ser atribuído, no instrumento de avaliação, no item “atitude e desempenho durante o estágio”, com peso de 30% na avaliação final.

O tempo de estágio propriamente dito, de 100 horas, poderia ser mais bem aproveitado caso o período para conclusão fosse ampliado. Em algumas situações, os estudantes não conseguiram acompanhar certas atividades realizadas nas UPAs por não terem comparecido na época aprazada. Muitas atividades das UPAs, de produção ou de transformação, são sazonais, e não contaram com a participação dos estudantes. Houve até casos de estudantes que se comprometeram a retornar às UPAs na época adequada para acompanhar tais atividades, visando a compreender melhor sua complexidade, uma vez que elas devem ser levadas em consideração na implementação de projetos de desenvolvimento. Outra opção seria estender o estágio pelo período de um ano, distribuindo esse tempo em momentos intermediários entre as diversas disciplinas a distância e utilizando-os para acompanhamento das atividades sazonais e dos problemas enfrentados pelas famílias de agricultores de cada região.

A fase de elaboração e apresentação do relatório – Entendeu-se que, para que os estudantes tivessem a oportunidade de fazer uma reflexão mais aprofundada sobre sua vivência e uma troca de experiências com os colegas, seria necessário prever um tempo para a redação dos relatórios e um seminário para a apresentação destes. Destinaram-se a essa fase 25 horas após o período de estágio propriamente dito. Tanto o relatório final quanto sua apresentação presencial serviram como instrumentos de avaliação. O relatório final representou 30% do conceito final, e sua apresentação outros 40%, sendo esta última considerada como avaliação presencial, conforme exigido pelo projeto pedagógico do PLAGEDER e pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nessa fase, os estudantes contaram com o constante apoio dos tutores e tiveram à sua disposição exemplos para a redação dos relatórios, exigindo-se que, nessa redação, seguissem as normas da ABNT.

De maneira geral, os relatórios dos estágios contemplaram as principais preocupações do grupo de docentes envolvido no planejamento e no acompanhamento da atividade curricular. Os relatórios que se destacaram nos diferentes polos foram selecionados para serem divulgados pelos tutores a distância, graças à sua amplitude e à sua qualidade, e extratos deles encontram-se publicados neste livro. Poucos foram os relatórios julgados aquém do esperado; nesses casos, os estudantes foram solicitados a refazê-los durante o período de pendência, e lograram melhorá-los.

Quanto à representatividade das UPAs escolhidas pelos estudantes para a realização do estágio, constatou-se, através da análise dos relatórios e das respectivas apresentações, que um grande número dos estagiários optou por **propriedades que representavam a realidade da agricultura familiar** em suas regiões. Foi possível perceber que, de maneira geral, esses estudantes atingiram os objetivos do

estágio. Muitos deles, embora sem grande detalhamento, relataram de forma crítica suas impressões sobre os aspectos sociais, ecológicos, tecnológicos e econômicos da agricultura familiar, externando pontos de vista bastante coerentes com os conhecimentos discutidos em diversas disciplinas cursadas. Alguns estudantes chegaram a avançar em temáticas de disciplinas que ainda não haviam cursado. Houve um grupo que, mesmo atendo-se em seus relatórios a descrever as propriedades e as atividades produtivas, comprovou nas apresentações ter desenvolvido uma aguçada visão crítica.

Em níveis distintos de abordagem e de análise, o estágio de estudantes em UPAs familiares revelou-se apropriado para que seus objetivos fossem alcançados. Verificaram-se, evidentemente, diferenças entre regiões, refletindo em parte a diversidade dos estilos de agricultura e dos sistemas agrícolas predominantes e em parte a diversidade intrínseca dos grupos de estagiários dos doze polos. Em todos esses casos, no entanto, constatou-se que a perspectiva de vivenciar a realidade das regiões, os problemas e entraves enfrentados pelas famílias que habitam os espaços rurais e que, muitas vezes, não concernem apenas à agricultura, possibilitou aos estudantes assumirem uma postura mais aberta para pensarem sobre a problemática do desenvolvimento rural e as potencialidades de atuação profissional. Alguns estudantes até produziram diagnósticos aprofundados das UPAs visitadas e sugeriram ideias para melhorias, incluindo perspectivas para seu planejamento e sua gestão. Recomendou-se, no entanto, que eles procurassem não dispensar o acompanhamento de professores e tutores na elaboração de qualquer projeto de extensão, a ser implementado, a fim de assegurar o necessário suporte institucional. Observou-se também, em muitos casos, que os estudantes estavam conscientes dos limites das políticas públicas e da necessidade de envolvimento das comunidades rurais nos processos de desenvolvimento local e regional, e que percebiam quão importantes são os agricultores familiares enquanto atores, embora frequentemente sejam desconsiderados na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento rural.

Por outro lado, estudantes que optaram por estagiar em **unidades consideradas modelo**, devido sobretudo a aspectos produtivos que representam o paradigma da modernização acelerada da agricultura, não demonstraram a mesma capacidade de detectar inúmeros problemas comuns aos espaços rurais e apresentaram relatórios focados principalmente em aspectos tecnológicos, sem aprofundar uma visão crítica.

O mesmo ocorreu com os estudantes que estagiaram em **unidades de produção patronais ou empresariais**. Embora tais UPAs possam ser vistas como integrantes do cenário agrário gaúcho e, conseqüentemente, atendam aos objetivos da disciplina, elas não refletem a paisagem global da estrutura agrícola e agrária do Rio Grande do Sul; por isso, não proporcionaram aos estudantes uma vivência da realidade de parte significativa dos que habitam e trabalham nos espaços rurais do estado. Em algumas situações, no entanto, os alunos entenderam a experiência de acompanhar estilos de agricultura empresarial como contraponto aos conteúdos discutidos nas disciplinas até então cursadas e, assim, ainda que não lidassem com exemplos

plenamente representativos, foram capazes de analisar seus locais de estágio com uma visão crítica dos modelos de agricultura e de sugerir ajustes mais apropriados a modelos empresariais de desenvolvimento rural.

Em outros casos, porém, estudantes que optaram por UPAs típicas da agricultura empresarial limitaram-se a elogiar o modelo de agricultura industrializada, sendo incapazes de apontar aspectos reveladores de problemas ecológicos e sociais, mesmo quando estes eram evidentes, por terem sido amplamente debatidos em disciplinas já cursadas. Ainda que por vezes se possa pensar não haver motivos para apreciações adversas, na maioria dos casos, as limitações do modelo empresarial de agricultura, sem a devida conexão com o local e o regional e sem a devida preocupação com os aspectos ambientais, destoam da perspectiva do paradigma de desenvolvimento rural adotado no Curso e, por isso, mereceriam uma análise mais crítica nos relatórios. Os relatos apresentados restringem-se a descrever as propriedades e as atividades de produção, apontando inclusive o distanciamento que se verifica entre os proprietários e as atividades realizadas em suas propriedades. Assim sendo, essas experiências não conduziram ao pleno atendimento dos objetivos do estágio.

As apresentações presenciais foram fundamentais para a troca de experiências entre os estudantes, que tiveram, na mesma ocasião, o ensejo de discutir com colegas e tutores a distância suas vivências e análises críticas. Por isso, foi unanimemente bem acolhida a oportunidade de apresentar e de discutir os estágios. Em muitos casos, os alunos chegaram a lamentar que já houvessem entregue os relatórios, pois, ao longo dos debates, identificaram como sendo relevantes aspectos não incluídos, ou insuficientemente examinados e detalhados em seus relatórios. Houve manifestações no sentido de que seria preferível que as apresentações presenciais dos relatórios ocorressem com maior antecedência em relação ao prazo de sua entrega, de forma a permitir que eles fossem substancialmente melhorados pelos estagiários. De qualquer modo, os relatórios comprovam que a maioria deles usou apropriadamente fotografias e representações das propriedades, como croquis, mapas e imagens de satélite, para caracterizar as respectivas UPAs e regiões do estágio.

Os relatórios dos grupos que realizaram estágio nas mesmas UPAs foram bem elaborados, destacando as experiências individuais de cada estagiário. Poucos foram os casos em que ficou perceptível a atuação preponderante de um ou de alguns membros do grupo no trabalho final. Até nas apresentações, os estudantes demonstraram que a vivência, mesmo quando caracterizada como atividade de grupo, atingiu os objetivos da disciplina.

CONCLUSÕES

A experiência da disciplina Estágio Supervisionado I comprovou ter sido altamente positiva a vivência dos alunos em UPAs em um momento intermediário do curso do PLAGEDER. Na verdade, eventuais opções por UPAs representativas

de um modelo de agricultura empresarial pouco contribuíram para incutir nos alunos uma visão crítica da agricultura regional e a consciência da importância de uma mudança paradigmática na perspectiva do desenvolvimento rural; porém, a grande maioria deles atingiu a meta de conhecer de perto a realidade da agricultura e das famílias que vivem nos espaços rurais de suas regiões. A formatação da disciplina, dividida em três fases (preparação, realização do estágio, elaboração e apresentação do relatório) foi acertada, sem maiores obstáculos para que os alunos a cumprissem no período previsto. Um prazo maior para a fase de realização do estágio propriamente dito, no entanto, permitiria maior flexibilidade para que os estudantes acompanhassem atividades sazonais nas UPAs.

De um modo geral, as ferramentas de ensino a distância utilizadas para a preparação e a supervisão dos estágios (fóruns, material de preparação de estágio, aulas presenciais, registros semanais de atividades, relatórios, apresentação presencial) foram eficientes para a supervisão dos estágios. Entretanto, a presença de orientadores de campo mais engajados e que pudessem acompanhar de perto as atividades dos alunos poderia contribuir para um melhor aproveitamento das experiências vividas nos estágios. Um aspecto que deveria merecer mais atenção é a escolha das UPAs nas diferentes regiões, pois isso contribuiria para aprimorar a disciplina. Seria necessária, para tanto, uma participação mais ativa de tutores presenciais e de coordenadores de polos, a fim de localizar profissionais que se disponibilizem como voluntários para a função de orientadores de campo. Profissionais ligados à extensão rural ou às prefeituras, com amplo conhecimento das características locais e regionais da agricultura, poderiam garantir que os estágios fossem realizados em UPAs que representassem efetivamente a realidade regional e as problemáticas a serem discutidas à luz da perspectiva do desenvolvimento rural. Investir no aperfeiçoamento da escolha das UPAs aumentaria, sem dúvida, o sucesso do estágio.

Por fim, a análise da experiência da disciplina Estágio Supervisionado I, do PLAGEDER, nos induz a concluir ser fundamental a realização desse período de vivência da realidade pelos alunos de cursos superiores tecnológicos na modalidade de EAD. Os resultados, mesmo levando-se em conta o tempo que demanda o cumprimento dessa atividade, valorizam sobremaneira a formação dos estudantes e asseguram mais qualidade ao ensino oferecido. A possibilidade de vivência da realidade, o estímulo a uma visão crítica e a oportunidade de confrontar os conhecimentos desenvolvidos nas disciplinas do Curso são fundamentais para a formação de profissionais com “perfil crítico e inovador”, objetivo principal do PLAGEDER (PLAGEDER, 2007, p. 2) e que deveria constituir a motivação de qualquer curso de graduação oferecido na modalidade presencial ou a distância. Certamente, após realizarem o estágio supervisionado em UPAs, os estudantes do PLAGEDER terão com o que contribuir eficazmente para a construção de processos de desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

CONTERATO, Marcelo Antonio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. *Teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

FARIA, Eliane Turk. Propostas de EAD no ensino superior, sob a ótica da legislação educacional. In: SEMINÁRIO SOBRE PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA, 4., 2006, Porto Alegre. *Aprendizagem na educação superior*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

PLAGEDER – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Projeto Pedagógico do Curso*. Versão Preliminar. 2007.

PLOEG, Jan Douwe van der et al. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Oxford – UK, v. 40, n. 4, p. 391-407, out. 2000.

SEED – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MEC. *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância*, Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

3 – A EXPERIÊNCIA CONCRETA DO ESTÁGIO

*Fernanda Bastos de Mello*³

A disciplina Estágio Supervisionado I está inserida no Módulo IV do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – modalidade de EAD. Na grade curricular do Curso, está prevista a realização de dois estágios distintos, Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, sendo ambos oferecidos na mesma modalidade, porém com enfoques diferentes, a fim de proporcionarem ao aluno a vivência prática junto à realidade de sua região.

Sempre que uma disciplina tem como delineamento-base a atividade prática, a vivência em si, é necessário o cumprimento de vários quesitos legais (referidos no primeiro capítulo) e teóricos antes da vivência. Assim sendo, a disciplina deve obrigatoriamente contemplar momentos práticos e momentos teóricos, que compreendem tanto aspectos formais (preenchimento da documentação exigida legalmente) quanto aspectos de reflexão e análise sobre as atividades acompanhadas na prática. É, pois, de suma importância que a carga horária disponibilizada para as disciplinas de Estágio Supervisionado abranja todas as atividades essenciais: legais, teóricas e práticas.

A implantação da disciplina Estágio Supervisionado I buscou, ao longo de sua concepção e estruturação, agregar todos esses aspectos, legais e práticos, na medida certa, sem subestimar nenhum deles, mas, sim, organizando os eventos cronologicamente, no intuito de ressaltar a importância de todos eles, contextualizando-os sempre com as normas legais, éticas e técnicas vigentes, embutidas nas atividades práticas dos mais diversos profissionais comprometidos com o desenvolvimento rural de nosso estado.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Os objetivos gerais da disciplina foram construídos com base na realidade regional de cada polo envolvido no Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, visando a propiciar aos estudantes a vivência junto a agricultores de sua

³ Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); mestre e doutor em Ciências Veterinárias pela UFRGS; Professor Adjunto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); médica veterinária da UFRGS, no Centro de Reprodução e Experimentação de Animais de Laboratório (CREAL).

região, de modo a permitir-lhes relacionar essa experiência aos conteúdos das disciplinas do Curso e auxiliá-los na problematização da realidade regional da agricultura na perspectiva do desenvolvimento rural, a fim de que reconheçam a estrutura, a organização e as especificidades das UPAs.

ESTRUTURAÇÃO DA DISCIPLINA

A disciplina Estágio Supervisionado I foi estruturada em três grandes etapas, para contemplar todos os passos necessários dessa vivência, a saber, a fase de preparação para o estágio, a fase de estágio propriamente dito e a fase de elaboração do relatório final. A carga horária total destinada à disciplina foi de 150 horas, assim distribuídas nas três etapas: etapa de preparação para o estágio – 25 horas; etapa de estágio propriamente dito – 100 horas; e etapa de elaboração e apresentação do relatório final – 25 horas.

Do ponto de vista da execução, cada fase foi executada separadamente com cada turma do Curso, sendo exigido, para que o aluno pudesse ingressar na fase seguinte, o cumprimento das etapas anteriores. Dessa forma, somente ingressariam na vivência real do estágio aqueles alunos que tivessem entregue todos os documentos exigidos para a progressão à etapa posterior.

ETAPA INICIAL – PREPARAÇÃO PARA O ESTÁGIO

Esta etapa de preparação, também denominada etapa inicial do Estágio Supervisionado I, foi dedicada ao cumprimento dos aspectos legais do estágio, incluindo a preparação da documentação exigida para esse tipo de atividade prática. Nesse sentido, foi solicitada inicialmente a definição, por parte dos alunos, dos locais de estágio (UPAs), de acordo com o objetivo da disciplina, as perspectivas individuais de cada estudante e as disponibilidades dessas UPAs em cada região. Ao mesmo tempo em que indicava seu local de estágio, cada aluno devia indicar seu orientador de campo, sendo ambas essas indicações avaliadas tanto pelos tutores presenciais como pelos tutores a distância e pelos professores da disciplina, no intuito de harmonizar a proposta do aluno com os objetivos gerais da disciplina. O orientador de campo indicado pelo aluno deveria ser um profissional com curso superior relacionado ao desenvolvimento rural.

Após essas definições (local de estágio e orientador de campo), os alunos apresentavam o chamado Plano de Atividades, que arrolava as atividades a serem por eles desempenhadas nas UPAs escolhidas como locais de estágio. Esse Plano de Atividades devia ser aprovado pelo tutor a distância antes do início das atividades práticas. Após a aprovação do plano, procedia-se então à assinatura de um Termo de Compromisso pelas partes (responsável pelo local de estágio, estagiário e orientador

de campo) para fins de cadastramento junto à SAE da UFRGS e de contratação do seguro obrigatório para estudantes fora da Universidade.

Uma vez escolhido o local de estágio e o orientador de campo, caberia ao aluno encaminhar ao proprietário da UPA uma Carta de Apresentação, mencionando a disciplina Estágio Supervisionado I e informando sobre a existência de uma apólice de seguro em seu nome, providenciada pela UFRGS, para a eventualidade de qualquer acidente pessoal que pudesse ocorrer durante o período de estágio (Anexo 4). Na mesma ocasião, o aluno deveria apresentar um Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido, com o objetivo de assegurar ao proprietário da UPA que, no momento da elaboração do Relatório Final, somente seriam divulgadas as informações por ele autorizadas; caso contrário, seriam mantidos sob sigilo dados tais como identificação da UPA e identificação de seus proprietários ou responsáveis (Anexo 5).

Os alunos foram preparados para o estágio recebendo, concomitantemente com orientações sobre os aspectos legais, orientações específicas, que foram discutidas pelos tutores a distância em uma apresentação formal (presencial) e por meio de textos e fóruns de discussão na plataforma MOODLE. Esperava-se, assim, que os alunos estivessem suficientemente informados, por um lado, quanto às atitudes recomendadas para quando se encontrassem em estágio nas UPAs de sua região – atitudes de respeito e cooperação, observação precisa, enriquecimento teórico-prático e responsabilidade no acompanhamento e/ou execução das atividades práticas – e, por outro lado, quanto à elaboração do relatório e à sua apresentação em seminário final para avaliação. Visava-se, dessa forma, a assegurar aos estagiários o melhor aproveitamento possível da oportunidade dessa vivência, a ser enriquecida com uma reflexão crítica sobre o contexto da respectiva região.

ETAPA INTERMEDIÁRIA – ESTÁGIO

Na etapa intermediária, ou seja, do estágio propriamente dito, ocorreu a vivência orientada dos estagiários em UPAs de suas regiões. Nessa fase, os alunos deveriam cumprir as 100 horas previamente determinadas, distribuídas ao longo da duração da disciplina de acordo com sua disponibilidade de tempo. Foi-lhes facultado realizar estágio em grupos (de até três integrantes) nas mesmas UPAs. Os alunos foram orientados a realizar as observações e demais atividades do estágio sem interferir na rotina das UPAs.

O acompanhamento dos alunos pelos tutores a distância ocorreu mediante o MOODLE, através de postagens individuais do chamado Registro Semanal de Atividades, que apresentava a descrição das observações realizadas e das demais atividades desenvolvidas nas UPA pelos estagiários, de acordo com o Plano de Atividades organizado por eles na etapa inicial da disciplina.

ETAPA FINAL – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

Na etapa final, os alunos elaboraram um relatório, com o registro de sua vivência durante as 100 horas cumpridas nas UPAs, relacionando-a aos conteúdos já discutidos em disciplinas do Curso. Esse relatório, acompanhado de uma reflexão individual, devia ser posteriormente apresentado em um seminário aos tutores e aos demais estudantes do polo.

Foi disponibilizado no MOODLE um modelo de relatório de estágio construído conjuntamente pelos professores da disciplina, adaptado de um modelo de relatório utilizado pela disciplina Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado – AGR99003, da Faculdade de Agronomia da UFRGS, no intuito de auxiliar os alunos na elaboração de seu documento.

Na redação do relatório, deveriam ser respeitadas as normas da ABNT e contemplados vários aspectos relevantes, tais como: a introdução do tema, a descrição do meio físico e socioeconômico da região de realização do estágio, a descrição ou caracterização da UPA em que se realizou o estágio, as atividades executadas durante o estágio, bem como conclusões e análises críticas individuais relativas ao estágio.

A apresentação dos relatórios foi realizada na forma de seminários (individuais ou em grupos de até três alunos), sendo disponibilizados 15 minutos para a apresentação propriamente dita pelo grupo e 5 minutos para debates entre os grupos e os demais alunos do polo presentes nessa atividade presencial.

AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

A avaliação foi realizada pelos tutores a distância, com a atribuição de conceitos de 0 a 4, onde 0 (zero) equivalia a atividade não realizada; 1 (um), a atividade realizada de modo insuficiente; 2 (dois), a atividade realizada de forma regular, mas abaixo das expectativas; 3 (três), a atividade completada de modo satisfatório, conforme as expectativas; e 4 (quatro), a atividade realizada de forma excelente, superando as expectativas. Os itens avaliados e seus respectivos pesos foram:

- (a) **atitude e desempenho durante o estágio**, com peso de 30% no conceito final;
- (b) **conteúdo do relatório e sua forma**, com peso de 30% no conceito final; e
- (c) **apresentação do relatório**, com peso de 40% no conceito final.

O relatório e sua apresentação foram avaliados considerando-se conteúdo, qualidade e organização.

O item relativo a atitude e desempenho durante o estágio foi acompanhado pelos tutores a distância através das postagens dos Registros Semanais de Atividades, tanto no que se referia à frequência quanto no que se referia à riqueza e à complexidade do que estava sendo relatado no registro postado.

Os outros dois quesitos foram avaliados mediante a postagem e a entrega do relatório final no dia de apresentação do seminário, bem como mediante a apresentação propriamente dita, considerando-se sempre a riqueza da vivência expressa no próprio relato presencial, acrescido das reflexões e conclusões sobre o que foi vivenciado, umas e outras inerentes ao processo de aprendizagem estabelecido desde o início do Curso e culminando na experiência do estágio.

Para que os critérios de avaliação utilizados no seminário final da disciplina fossem os mesmos empregados por todos os tutores, criou-se um instrumento de avaliação chamado Ficha de Avaliação pelo Tutor a Distância (Anexo 6). Essa ficha trazia quesitos a serem avaliados no momento da apresentação do seminário, tais como envolvimento do autor no trabalho apresentado, qualidade do material apresentado, uso adequado dos recursos de apresentação, domínio de conteúdo, clareza e precisão da linguagem, uso apropriado do tempo disponível, participação e interação com os colegas durante as apresentações, visando à apropriação dos conceitos finais da disciplina.

REALIZAÇÃO DE PENDÊNCIA NA DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Como o ensino na modalidade a distância prevê para o aluno a possibilidade de recuperação da disciplina na forma de pendência, a ocorrer em tempo mais curto, durante o início do próximo semestre letivo, é obrigatória a oferta da pendência independentemente do caráter e da peculiaridade da disciplina. No caso do Estágio Supervisionado I, propusemos, então, duas condições para que o aluno estivesse apto a cursar a disciplina na forma de pendência:

Possibilidade 1 – Alunos que não realizaram atividades de estágio durante o semestre letivo;

Possibilidade 2 – Alunos que realizaram atividades de estágio, porém não obtiveram conceito para aprovação no relatório e/ou na apresentação do seminário.

Em ambos os casos, a avaliação final da pendência ocorreu de forma presencial, utilizando-se recursos de webconferência, onde todos os polos, todos os tutores a distância e todos os tutores presenciais, juntamente com os alunos e os professores da disciplina, estavam integrados ao mesmo tempo, assistindo conjuntamente à apresentação dos seminários e participando dos debates.

DIFICULDADES ENCONTRADAS DURANTE O DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA

Tratando-se de uma disciplina experimentada pela primeira vez, as dificuldades enfrentadas com a primeira turma, a turma A, foram maiores do que as enfrentadas com a turma B. E, tratando-se de uma disciplina com formato diferente do das demais disciplinas do Curso, não imaginávamos as dificuldades que surgiriam ao longo do caminho.

Tais dificuldades concentraram-se principalmente na primeira etapa da disciplina, durante a qual os alunos deveriam indicar os respectivos locais de estágio, indicação essa que determinaria o perfil da realidade da região selecionada pela turma de alunos.

Tivemos problemas com a indicação dos locais de estágio, devido à oferta reduzida de locais para tal fim, por serem alguns municípios muito pequenos e apresentarem pouca diversidade de UPAs, o que redundou em uma representatividade menos fidedigna das respectivas regiões. Essa circunstância levou-nos a facultar aos alunos a realização de estágios em grupos.

Outra dificuldade identificada estava relacionada à atuação dos orientadores de campo, dos tutores presenciais e dos coordenadores de polo, aos quais cabia auxiliar os alunos no cumprimento das etapas e na condução do estágio propriamente dito. Evidenciou-se, na realidade, a necessidade de uma participação mais efetiva por parte dessas pessoas inseridas na realidade local e regional, no sentido de orientar os alunos na escolha das UPAs e de ampliar, assim, o leque de vivências em cada turma.

AValiação DA DISCIPLINA PELOS ALUNOS

No final da disciplina, solicitou-se a todos os alunos dos polos o preenchimento e a entrega ao tutor presencial de um Formulário de Avaliação, disponibilizado na plataforma MOODLE (Anexo 7). Esse formulário tinha por objetivo dar a conhecer como os próprios alunos avaliaram a experiência proporcionada pelo Estágio Supervisionado I – DERAD 018, para que se pudessem identificar pontos positivos e negativos dessa disciplina e rumar em busca de seu aperfeiçoamento. Não havia necessidade de identificação do aluno no formulário, mas enfatizava-se a importância de usar da máxima franqueza no momento de preenchê-lo.

A disciplina foi avaliada quanto aos seguintes itens: objetivo geral do estágio, metodologia geral do estágio, apoio virtual e importância da disciplina para a formação profissional e pessoal do aluno; além disso, foi disponibilizado um espaço para eventuais relatos de observações e sugestões acerca do estágio. As questões objetivas foram respondidas com base numa escala de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos, onde 0 correspondia a péssimo; 1, a ruim; 2, a regular; 3, a bom; e 4, a muito bom.

Um total de 170 alunos (62,3%) das turmas A e B, dos 273 que cursaram a disciplina, preencheram o formulário. Quanto ao objetivo geral do estágio, 81,8% dos alunos o consideraram muito bom, e 18,2%, bom, sinalizando que a proposta foi considerada adequada pela totalidade dos alunos, devendo ser mantida.

Quanto à metodologia geral do estágio, foram avaliadas as etapas de preparação para o estágio, a etapa de estágio propriamente dito e a etapa de elaboração do relatório. A etapa de preparação para o estágio obteve os seguintes indicadores: muito bom, 31,8%; bom, 60%; e regular, 8,2%. A etapa de estágio propriamente dito foi subdividida em três quesitos, o primeiro dos quais, relacionado às atividades na UPA, obteve os seguintes indicadores: muito bom, 61,2%; bom, 35,3%; e regular, 3,5%; o segundo,

referente ao apoio do orientador de campo, obteve os seguintes indicadores: muito bom, 54,1%; bom, 31,2%; regular, 9,4%; e ruim, 5,3%; e o terceiro, relacionado ao suporte no polo, obteve os seguintes indicadores: muito bom, 50,6%; bom, 38,2%; regular, 9,4%; e ruim, 1,8%. A etapa de elaboração do relatório obteve a seguinte avaliação: muito bom, 45,9%; bom, 39,4%; regular, 14,1%; e ruim, 0,6%.

O apoio virtual foi avaliado quanto à quantidade de informações fornecidas, à qualidade das informações fornecidas e à interação virtual com os tutores a distância (rapidez, clareza e eficiência). A quantidade de informações fornecidas obteve dos alunos os seguintes indicadores: muito bom, 40,6%; bom, 46,5%; regular, 12,4%; e ruim, 0,5%. A qualidade das informações fornecidas obteve os seguintes indicadores: muito bom, 46,5%; bom, 48,8%; regular, 4,1%; e ruim, 0,6%. A interação virtual com os tutores a distância obteve os seguintes indicadores: muito bom, 40,6%; bom, 48,2%; regular, 10%; e ruim, 1,2%.

A importância da disciplina para a formação profissional e pessoal do aluno obteve dos estudantes a seguinte avaliação: muito bom, 92,9%; e bom, 7,1%.

Os dados apresentados são muito significativos para a avaliação geral da disciplina, pois refletem a opinião da maioria dos alunos. Com base nos resultados obtidos através desse instrumento de avaliação, podemos tecer algumas ponderações relevantes quanto ao andamento do Estágio Supervisionado I e quanto à impressão e à mobilização que provocou nos alunos e nas demais pessoas envolvidas nessa atividade. Observamos que a etapa de preparação da disciplina, vista por nós professores como uma etapa de grande dificuldade, não foi assim avaliada pelos alunos. Um dado importante a ser levado em conta refere-se à etapa de estágio propriamente dito, que foi considerada regular e ruim por 14,7% dos alunos no que concerne ao apoio do orientador de campo, o que implica a necessidade de aprimoramento da interface estagiário/orientador de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA DISCIPLINA

Revido a concepção da disciplina, sua estruturação e a experimentação das ferramentas disponíveis nessa modalidade de EAD, e frente à condução conjunta dessa disciplina eminentemente prática, considero-a como um marco no fechamento de um ciclo dentro do curso do PLAGEDER.

Debruçada sobre essa nova concepção de ensino, e avaliando minhas próprias expectativas quanto à inserção dessa modalidade na realidade de cada região do estado do Rio Grande do Sul e, especificamente, em cada município, acredito que alcançamos conjuntamente nossas metas e que correspondemos aos anseios dos alunos que compuseram as duas turmas do Estágio Supervisionado I.

A consecução dos objetivos iniciais, de propiciar essa vivência aos estudantes e de ensinar essa experiência que abre os horizontes de cada um sobre as diversas realidades por vezes tão inusitadas e distantes, incute-me a certeza de que construímos certo.

Alicerçamos uma etapa. Consolidamos conceitos anteriormente assimilados. Enriquecemos nossos alunos com o espírito do aprendizado, da construção, da crítica, da concessão e da análise concreta do que foi vivido e do que foi construído por cada um deles.

Avalio a disciplina como ímpar, desde sua formatação até sua finalização, seu encerramento. Constituímos uma equipe multidisciplinar, dos docentes aos tutores a distância, com experiências diferentes no campo da formação de cada um, bem como na experimentação ao longo de nossa vivência profissional. Toda essa diversidade de base dentro do grupo conferiu à disciplina a condição indispensável para o esclarecimento de inúmeros questionamentos levantados ao longo de sua condução, para o enriquecimento dos debates, a ampliação do leque de abordagens estratégicas da formação dos alunos em estágio e o reconhecimento da importância da multidisciplinaridade no contexto do desenvolvimento rural e, conseqüentemente, no contexto de todo o nosso estado. Estamos todos de parabéns.

4 – A EXPERIÊNCIA DE TUTORIA A DISTÂNCIA E OS RESULTADOS ALCANÇADOS ATRAVÉS DE RELATÓRIOS DE ESTÁGIOS: UM ESFORÇO DE PRÁXIS PEDAGÓGICA A DISTÂNCIA

Fábio de Lima Beck⁴

Este capítulo apresenta uma síntese do trabalho realizado pelos tutores a distância da disciplina Estágio Supervisionado I – DERAD 018, na qualidade de orientadores dos alunos nela matriculados.

Conforme registrado em detalhes nos capítulos anteriores, o Estágio Supervisionado I, como experiência pedagógica a distância, constituiu uma atividade pioneira na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, implementada com o seguinte objetivo, conforme consta em seu Plano de Ensino:

Oportunizar aos estudantes a vivência junto a agricultores de sua região, permitindo que possam relacionar essa experiência aos conteúdos das disciplinas do curso, bem como auxiliar na problematização da realidade regional da agricultura na perspectiva do Desenvolvimento Rural, permitindo o reconhecimento da estrutura, da organização e das especificidades das unidades de produção agrícola escolhidas como local de estágio.

Na busca desse objetivo, os tutores enfrentaram inúmeros desafios, desde a própria capacitação para atuar como educadores a distância até a necessidade de orientar estudantes em contextos extremamente diversificados: os campos de fronteira com os países do Prata, o litoral do Oceano Atlântico e a região colonial da serra gaúcha, passando pelo convívio multidisciplinar e pela busca da sempre difícil conexão entre os conteúdos teóricos oferecidos pelas demais disciplinas e a vivência dos estagiários em unidades de produção.

Os tutores participantes da disciplina são ou foram alunos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS (PGDR/UFRGS), em nível de mestrado ou doutorado, e têm como formação básica as seguintes carreiras: Turismo, Biologia, Ciências Sociais, Desenvolvimento Regional e Processos Agroindustriais. Os polos onde atuaram compreendem uma vasta área do Rio Grande do Sul e se situam nas sedes dos seguintes municípios: Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal, Constantina, Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul e Três Passos (primei-

⁴ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); mestre em Educação pela UNICAMP; doutor em Educação pela University of London; Professor Associado da Faculdade de Agronomia da UFRGS.

ra turma de alunos); Camargo, Hulha Negra, Itaqui, Picada Café, Quaraí e São Francisco de Paula (segunda turma de alunos). Por sua vez, os professores responsáveis pela disciplina têm formação em Agronomia, Veterinária e Pedagogia.

Cabe destacar o papel fundamental que os tutores a distância desempenharam ao longo da disciplina de estágio, orientando os alunos em todos os aspectos formais que são requeridos para poderem dar início à realização do estágio e, especialmente, na vivência do estágio propriamente dito. Contando com o apoio dos professores e da Comissão de Carreira do PLAGEDER, os tutores demonstraram, no desempenho da maior parte de suas tarefas, autonomia e competência, fazendo uso sistemático dos fóruns de discussão virtual, revisando os registros semanais de atividades e avaliando as apresentações e defesas finais dos relatórios de estágio. O fato de os tutores estarem cursando ou terem cursado um programa de natureza multidisciplinar como é o PGDR e a própria diversidade de sua formação e da de seus professores certamente em muito contribuíram para seu adequado desempenho ao longo da disciplina, na medida em que foram exigidos em múltiplas áreas de conhecimento, tendo superado quaisquer dificuldades para o trabalho em equipe, de modo que responderam satisfatoriamente às demandas surgidas.

Para o presente livro, foi solicitado aos tutores a distância que desenvolvessem três tarefas básicas:

- ▶ (1) seleção de relatórios de alunos, elaborados individualmente ou em grupo, que deviam ser, sempre que possível, representativos das regiões dos polos atendidos;
- ▶ (2) redação de um texto introdutório em que fossem abordados temas como as características da região/polo, as possibilidades oferecidas pelas unidades de produção agrícola em que se realizaram estágios e as principais dificuldades e/ou os aspectos mais interessantes encontrados, etc.;
- ▶ (3) seleção e inclusão, no texto introdutório, de trechos dos relatórios nos quais os estudantes apresentam relatos, reflexões e críticas que revelem a riqueza das experiências de aprendizado que vivenciaram.

Também essas tarefas foram cumpridas de maneira autônoma pelos tutores, raramente requerendo orientação dos professores da disciplina.

Assim, apresentamos, a seguir, seis seções de capítulo, cada uma redigida por um tutor e atendendo às três demandas acima especificadas. Destaque-se que foram preservadas as características de redação de cada tutor, bem como as dos trechos extraídos dos relatórios dos estagiários.

Nessas seções, será possível verificar a ampla diversidade de experiências vividas pelos alunos do PLAGEDER, as quais envolvem os mais variados temas, tais como: pluriatividade; bacias leiteiras; produção orgânica; diversificação agrícola; cultivo de milho, feijão, soja, arroz e olerícolas; silvicultura; vitivinicultura; piscicultura; criação de animais; suinicultura; relações de cooperação entre vizinhos que trocam

informações, sementes e trabalho; mudanças da paisagem rural; sucessão rural; desenvolvimento sustentável; legislação ambiental; ética e postura profissional.

Esse material é a coroação de todo o esforço que empreendemos como equipe nesta atividade pioneira na UFRGS: colocar em prática os estágios de um curso desenvolvido na modalidade de educação a distância. Acreditamos que ele possa ser útil para todos os que estão passando ou vão passar por experiência semelhante.

Assim como o PGDR vem há anos procurando superar a tradicional dicotomia “teoria x prática” na formação acadêmica pós-graduada, o PLAGEDER busca, através dos estágios em um curso a distância, superar a também tradicional dicotomia “ensino a distância x aprendizado efetivo”. Esperamos que a leitura das seções subsequentes confirme estarmos no caminho certo.

4.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO I NOS POLOS DE CONSTANTINA E DE PICADA CAFÉ

*Francis dos Santos⁵, Veridiane Aparecida Cavalli⁶, Deloir Federice⁷,
Sinésio Geromir Klauck⁸, Alexandre Luiz Klauck⁹*

O Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, oferecido na modalidade de EAD, teve sua origem no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, o qual vem desenvolvendo sistematicamente atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Foi dentro desse contexto que se diagnosticou a necessidade de formar profissionais aptos a compreenderem as questões locais e regionais e a atuarem como agentes para o desenvolvimento rural, nesse caso, tecnólogos em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Entre as disciplinas do Curso, o Estágio Supervisionado I teve como objeto de análise diversas UPAs, propondo a vivência dos alunos do PLAGEDER com os agricultores das respectivas regiões, para possibilitar-lhes relacionar as teorias já trabalhadas nas disciplinas anteriores com a realidade local.

5 Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Tutor a distância do PLAGEDER/UFRGS.

6 Aluna do polo de Constantina do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

7 Aluno do polo de Constantina do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

8 Aluno do polo de Picada Café do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

9 Aluno do polo de Picada Café do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Por se tratar de um estágio a distância, os alunos desfrutaram de maior liberdade e independência e têm um orientador de campo para auxiliá-los em situações específicas. A forma de que os tutores a distância dispõem para acompanhar as atividades desempenhadas pelos estagiários são os registros semanais, onde eles relatam suas atividades, à maneira de um diário de campo.

No estágio a distância, os estudantes têm maior flexibilidade para realizar suas atividades. Considerando-se que a maioria dos estagiários trabalham, eles podem optar por cumprir as 100 horas previstas no plano de atividades em finais de semana.

A característica agrária das regiões onde estão localizados os polos de Constantina e de Picada Café, objetos desta seção, é de agricultura familiar. Com a diferença de que Picada Café – por estar localizada no eixo Porto Alegre/Caxias do Sul, próxima ao Vale do Sinos, polo coureiro-calçadista –, se caracteriza por uma elevada multifuncionalidade da agricultura; e, na grande maioria das propriedades, um ou mais membros trabalham nas indústrias da região.

Os estudantes puderam optar por realizar o estágio em grupos ou individualmente. Nas apresentações do estágio, os debates foram muito profícuos, pois foi possível o encontro de tutores a distância e tutores presenciais com alunos, orientadores de campo e agricultores.

Os relatórios de estágio foram descritivos, apresentando de forma detalhada o relato da vivência dos estagiários e a descrição do meio físico e socioeconômico da respectiva região. De acordo com os estudantes do PLAGEDER, o estágio possibilitou uma interação com a realidade local, quesito fundamental para a formação dos futuros planejadores e gestores do desenvolvimento rural.

Alguns temas sobressaíram, entre os quais os da modernização agrícola, das alternativas produtivas (agroecológica e orgânica), da produção leiteira e da monocultura da soja.

A vivência permitiu aos estagiários evidenciar suas dificuldades e suas possibilidades. Assim, por exemplo, Veridiane Aparecida Cavalli e Deloir Federice, que estagiaram no polo de Constantina, constataram que, para essa região, é de suma importância a diversificação de atividades no meio rural, para que ali ocorra de fato um desenvolvimento sustentável. O monopólio leiteiro é consolidado na região, assim como a monocultura da soja; e a prevenção dos agricultores aos riscos faz com que eles busquem a segurança oferecida pelas agroindústrias beneficiadoras do leite, ao invés de se arrisquem no mercado, um pouco mais incerto, dos produtos orgânicos e da fruticultura que começa a surgir no município e arredores.

No início da década de 1980, o agravamento da crise do modelo agrário e agrícola vigente obrigou os produtores da região a realizarem fortes mobilizações pela definição de uma política agrícola para os pequenos agricultores. Por isso, discutiu-se a necessidade de estabelecer para o meio rural linhas de crédito com o objetivo de incentivar a produção de alimentos e de diversificar a produção agrícola dentro da UPA. Nessa ótica, uma das famílias que recebeu os estagiários, a família Três, optou pela proposta de diversificar sua produção e dividiu a propriedade em diferentes

segmentos de produção: a soja (que continuou como produto principal) aliou-se à produção de milho, de trigo, de frutíferas, de gado leiteiro, de suínos e de aves.

Na análise da propriedade, os estagiários supramencionados observaram que os cultivos estão racionalmente dispostos, a fim de que sejam aproveitados todos os espaços e todos os recursos possíveis. Quanto ao uso da terra, pode-se perceber que esta é bem distribuída, contemplando tanto culturas para fins comerciais como culturas destinadas ao autoconsumo. A família destaca que a diversificação da produção é um ponto fundamental para o fortalecimento da pequena propriedade, sendo esta a única forma da agricultura familiar a sobressair em uma região tomada pela monocultura da soja.

Já no polo de Picada Café, a pluriatividade, a produção para autoconsumo, a sucessão rural, o monopólio da bacia leiteira e a produção orgânica foram os temas que mais se salientaram nos debates.

A agricultura de Picada Café, em suas formas de produção, é bastante diversificada, pois desenvolve a fruticultura (a região possui condições edafo-climáticas adequadas para variedades e/ou colheitas precoces), a avicultura de integração e de subsistência, a suinocultura de integração e de subsistência, a bovinocultura de corte e de produção de leite, a produção de verduras e legumes, a produção de grãos (agricultura familiar, especialmente milho e feijão), a silvicultura e a produção de agroecológicos (chás, sucos, ervas, produtos coloniais). Evidencia-se, desse modo, a heterogeneidade de agricultores que estão inseridos nas categorias de agricultura familiar; em muitos casos, porém, não é possível aliar diversas atividades, devido aos métodos diferenciados de manejo e investimento, ou em virtude do tamanho das propriedades, ou até por causa da falta de mão de obra de jovens, fator esse não raro no município e na região, pois é muito comum que os jovens optem por trabalhar nas indústrias de couro e calçados, numerosas na região.

Conforme Sinésio Geromir Klauck e Alexandre Luiz Klauck, que estagiaram no polo de Picada Café, a vivência junto aos proprietários da UPA escolhida para a realização do estágio possibilitou-lhes ampliar suas observações acerca das especificidades encontradas e das atividades desenvolvidas no espaço analisado, dentro do âmbito da agricultura familiar na região. Por se tratar de uma propriedade rural gerida pela dinâmica de subsistência familiar, não se encontra grande aparato tecnológico; assim, por exemplo, o transporte de pasto da roça para o curral ainda é executado de forma rudimentar, a cavalo. Os manejos e as técnicas de plantio e os métodos de preservação são elementos presentes durante a vivência da família no local, e têm sido mantidos ao longo de sua história, constituindo traços marcantes de sua cultura. A esse respeito, os estagiários dão o seguinte testemunho:

A família preserva aspectos que são sinônimos de raridades, tais como a casa em estilo enxaimel, que tem uma história de aproximadamente 150 anos, o lampião, o fogão a lenha, os costumes de antigamente e as lidas na agricultura.

Desse modo, conforme ressaltam, as peculiaridades do espaço devem ser respeitadas e vistas de forma sistêmica, quer a forma de trabalho na propriedade gere renda expressiva, quer não. Além disso, as análises teóricas relativas às realidades empíricas permitem entender melhor esse contexto agrícola-agrário que se estabeleceu e que continua a se estabelecer, ao longo do tempo e do espaço, na maioria das UPAs do município e da região.

Os estagiários buscaram apreender o espaço rural não somente como local gerador de renda para os agricultores, mas também, e sobretudo, como suporte de manifestações políticas e socioculturais, de preservação ambiental e de lazer. Assim, esse espaço pode ser descrito como um conjunto multifuncional em seu contexto, dotado de uma heterogeneidade de tipos de agricultores e de formas de organização em que a questão econômica nem sempre é prioritária, o que corrobora o pensamento de Woortmann e Woortmann¹⁰, de acordo com o qual é o saber que permite usar o conhecimento e é a cultura que dá significado às coisas, inclusive em questões que vão além da materialidade ou da instrumentalidade prática do trabalho.

Diante de tal visão, relacionada ao contexto dos processos observados por ocasião do Estágio Supervisionado I, os estagiários reiteram a importância de métodos de aprendizagem como estes, não somente para o presente momento, mas também para intervenções futuras nos diversos espaços rurais. As interpretações teóricas, aliadas às análises práticas, propiciam uma real aproximação de ideias e de posições e forçam os profissionais a pensar muitas questões em sua totalidade. A agricultura familiar, que representa a maioria dos agricultores das regiões estudadas, deve ser analisada minuciosamente dentro de suas diversidades. A convivência com agricultores diretamente em suas UPAs proporciona uma visão ampliada, instigando-nos, desse modo, a pensar em um autêntico desenvolvimento rural.

10 Ver WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas Axel Anton Wessel. *O trabalho da terra: a lógica e a simbologia da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

4.2 VIVÊNCIAS EM UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA: POLOS DE SÃO LOURENÇO DO SUL E DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Jaqueline Russczyk¹¹, Flávia Suzana Bork¹²,
Luiz Eduardo Silva Comim¹³, Roberto de Camargo Junior¹⁴,
Solange Drews Aguiar Mengue¹⁵

Atuação de tutoria, caracterização da região e dos alunos

A atuação como tutora da disciplina Estágio Supervisionado I, nos polos de São Lourenço do Sul e de São Francisco de Paula, trouxe-me inúmeros desafios, tais como: a adoção e o uso de novas tecnologias educacionais e a metodologia do ensino a distância – com o emprego de ferramentas apropriadas para proporcionar a participação e o aprendizado dos alunos, ou seja, os *Fóruns*, as *Mensagens*, as *Tarefas*, entre outros. Além disso, a disciplina teve suas particularidades, já que a experiência de estágio envolveu a apropriação dos conteúdos aprendidos nas disciplinas anteriormente cursadas pelos alunos, bem como o acompanhamento constante das diferentes etapas do estágio.

A experiência de tutoria proporcionou-me a oportunidade de acessar conteúdos, temas e contatos com universos empíricos diversificados, abrangendo territórios específicos no âmbito do mundo rural. Isso demandou, de minha parte, um conhecimento adequado para o acompanhamento dos alunos e para a consecução dos objetivos propostos pela disciplina. Em sentido mais amplo, as áreas diferenciadas de formação dos tutores – Biologia, Ciências Sociais, Turismo, Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial – e as diferentes áreas de formação dos professores – Pedagogia, Veterinária e Agronomia – possibilitaram entre nós uma troca de informações, um diálogo e um aprendizado constantes.

Além da menção à experiência de tutoria, cabe aludir às particularidades da região em que cada polo se situa, pois estas determinaram não só as vivências do estágio, a partir dos temas abordados, como também a riqueza das análises apresentadas pelos discentes. Do mesmo modo que o perfil da região, o perfil da turma e dos alunos cons-

11 Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; mestre em Sociologia pelo PPG em Sociologia da UFRGS; doutoranda do PPG em Desenvolvimento Rural da UFRGS; Tutora a distância do PLAGEDER/UFRGS.

12 Aluna do polo de São Lourenço do Sul do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

13 Aluno do polo de São Francisco de Paula do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

14 Aluno do polo de São Francisco de Paula do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

15 Aluna do polo de São Francisco de Paula do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

tituem elementos relevantes a serem aqui destacados, já que eles refletem as motivações e os assuntos desenvolvidos durante o estágio, especialmente nos relatórios finais.

O histórico das respectivas regiões de estudo é apresentado nos relatórios finais dos estudantes. Os alunos do polo de São Lourenço do Sul salientaram a diversificação da agricultura, ao descreverem o cotidiano das famílias rurais em relação ao que cultivam e ao modo como cultivam, e em relação à sua fonte de renda e à sua interação com o meio, quer urbano, quer rural. Além de São Lourenço do Sul, no entanto, outras cidades foram comentadas, já que alguns estágios foram vivenciados em UPAs nas localidades de Canguçu e de Sentinela do Sul, onde vários alunos residem e/ou trabalham.

Observaram os estagiários que São Lourenço do Sul, por ser banhada pela Lagoa dos Patos, tem praias. Assim, a pesca e o turismo são práticas comuns de seus habitantes e visitantes. Além disso, a suinocultura e a bovinocultura, os laticínios, o fumo, o milho, a soja, o arroz, a batata, a cebola, a pimenta, o alho, o aspargo e o amendoim são destaques na localidade. A turma do polo de São Lourenço do Sul era conhecedora dessa realidade ao efetuar a escolha da UPA para sua vivência de estágio. Por outro lado, porém, os estudantes precisavam conhecer os profissionais da região envolvidos no meio rural para conseguirem a orientação e o acompanhamento necessários em seu estágio.

As características dos alunos do polo de São Lourenço do Sul influenciaram tanto na escolha do curso PLAGEDER quanto na escolha da UPA para a realização do estágio e dos temas e assuntos a serem discutidos e aprofundados: de fato, há alunos oriundos do meio rural que desejam conhecer melhor sua própria condição de produtores rurais a partir do conhecimento da região em que estão radicados, o que pressupõe que conheçam outras UPAs e requer que disponham de tempo para se dedicarem ao estudo e ao estágio, levando em conta a necessária conciliação entre a vida na família e a dedicação ao trabalho. Isso nos remete à faixa etária dos estudantes, que se situa, em geral, bem acima dos 20 anos de idade, e ao fato de grande parte deles trabalharem no comércio e em entidades da região voltados para o mundo rural, tais como cooperativas ou órgãos do governo que atendem às demandas do campo, entre outras.

Nesse sentido, trabalhar em locais que abordam o mundo rural ou residir no campo foram fatores que possibilitaram a alguns alunos o aperfeiçoamento e a complementação daquilo que já vêm fazendo em seu dia a dia. Assim, o olhar deles sobre a UPA estudada focou questões como saúde, educação, cuidado animal e ambiental, já que eles também são professores e atuam em áreas que envolvem a saúde e os demais aspectos citados.

Os estudantes do polo de São Francisco de Paula salientaram em seus relatos que a realidade da região em que se situa esse polo também tem suas particularidades. As cavalgadas e os passeios turísticos são ocorrências corriqueiras no espaço rural. Nessa região, não é a lagoa de águas salgadas a atração, e sim, as cachoeiras e a pesca em água doce.

A preocupação ambiental e a questão da preservação das reservas naturais de araucárias, da Mata Atlântica e das várias nascentes de rios da localidade são recor-

rentes, motivando, segundo os estagiários, a conscientização com relação aos problemas provocados pela situação do meio ambiente. Por isso, os alunos abordaram de forma abrangente a relação homem/natureza, a existência de barragens na localidade, a exploração da madeira e o turismo rural.

Em relação à estrutura de produção de São Francisco de Paula, os estudantes destacaram a pecuária, a silvicultura, a produção de grãos, a fruticultura, a batata, o alho e a olericultura. Esses aspectos também foram abordados pelos alunos de outras localidades próximas a São Francisco de Paula, tais como Canela e Gramado. No entanto, como as semelhanças entre essas localidades, por se situarem na mesma região, são evidentes, não serão aqui relatadas.

Quanto ao perfil dos alunos do polo de São Francisco de Paula, verificam-se similaridades com o que foi exposto acima a respeito dos alunos do polo de São Lourenço do Sul: muitos estudantes são oriundos do campo e ali residem e/ou trabalham, voltados para a realidade do mundo rural. Ressalte-se que os estagiários de São Francisco de Paula, durante o estágio e no relatório final, focalizaram acima de tudo as formas de subsistência e de obtenção de renda dos agricultores, o fenômeno da permanência no campo, o sentimento de autoestima dos agricultores, a valorização de suas práticas, a busca por uma vida melhor e a manutenção do gosto pela vida no campo.

As motivações e interesses de estudo dos estudantes foram equacionados inicialmente com a elaboração do Plano de Atividades. Este, em alguns casos, sofreu alterações ao longo do estágio, já que fatores não previstos, como as chuvas periódicas, as doenças e os casos de mal-estar, a realidade e a dinâmica da UPA, exigiram adequações. De fato, houve menções por parte dos discentes de ambos os polos às dificuldades e imprevistos encontrados em campo, o que exigiu a reconsideração do planejamento inicial e alterações efetuadas em decorrência do contato com a realidade.

Após receberem a devida autorização, os alunos deram início ao seu estágio, apresentaram-se aos proprietários da UPA mediante a Carta de Apresentação e conversaram sobre o Termo de Consentimento Informado. Esse procedimento pressupunha que os estagiários conhecessem e respeitassem as questões éticas relacionadas à realização de pesquisas, tema esse que constituía novidade para muitos alunos de ambos os polos.

O acompanhamento do estágio por parte da tutora era viabilizado pelos registros semanais de atividades postados pelos estagiários na plataforma MOODLE. Ao responder a cada estagiário, a tutora formulava semanalmente correções, sugestões e indicações de leituras. Assim, os registros semanais representavam um meio para os estagiários irem se apropriando da forma adequada de escrita, tirarem dúvidas quanto às regras da ABNT e acrescentarem paulatinamente conceitos e análises aos relatos de suas vivências, preparando-se, dessa maneira, para a elaboração de seu relatório final.

Os fóruns de discussão também forneceram elementos importantes para o acompanhamento do andamento da turma e para a construção do relatório final. Uma das funções dos fóruns na modalidade de ensino a distância é fazer com que o aprendizado do aluno ocorra em colaboração com os demais colegas. Este foi, no entanto,

um recurso pouco utilizado pelos estudantes, que manifestaram resistência a levantar dúvidas e questionamentos à turma por meio dessa ferramenta.

O seminário para a apresentação do estágio ocorreu após os estudantes terem redigido e entregue o relatório final. Nas apresentações, os alunos utilizaram basicamente, como recurso didático, o *data show* com textos, mapas, quadros, tabelas, croquis, fotos. As questões éticas referentes às pesquisas foram respeitadas; assim, entre vários exemplos, pode-se mencionar que, no uso de fotografias, se manteve o enquadramento ideal para não serem reconhecidos os sujeitos fotografados.

A apresentação devia ser fiel ao conteúdo do relatório final, de modo a fornecer um panorama da região onde foi realizado estágio. Além disso, exigia-se clareza na argumentação dentro do tempo preestabelecido de apresentação, domínio do conteúdo e envolvimento dos autores no trabalho apresentado. Ressalte-se que alguns agricultores e familiares, proprietários das UPAs pesquisadas, se fizeram presentes nas apresentações dos alunos, tomando conhecimento do resultado final do estágio e do ambiente acadêmico.

Para muitos alunos, as apresentações constituíram um desafio, já que eles tiveram que vencer a timidez, não só ao relatarem sua vivência, mas também ao intervirem nas discussões sobre trabalhos de colegas. A turma de São Lourenço do Sul foi mais sucinta na elaboração do relatório final e notável pela exatidão quanto ao tempo de que dispunha para apresentar aos demais a experiência proporcionada pelo estágio. A propósito da turma de São Francisco de Paula, esta se organizou mais em grupos, manifestou opiniões diferentes e divergentes em relação ao que os colegas expunham nos seminários. Foi uma turma que, nas atividades presenciais, agiu de forma mais participativa e com um perfil de escrita e elaboração do relatório final gerador de textos mais longos – com maior riqueza de informações e mais detalhes na descrição do estágio.

Os relatórios finais dos discentes integrantes dos dois polos apresentaram elementos diversificados característicos das UPAs e das regiões objetos de estudo, tais como: o plantio de fumo, o plantio de arroz, o turismo rural, a agricultura agroecológica, a piscicultura, a apicultura, o plantio de uva, a criação de aves, a produção leiteira, o dia a dia de uma cabanha, a plantação de azevem, as atividades e peculiaridades de um centro de recria, a descrição de um abatedouro e de um frigorífico dentro da UPA, etc. Foram descritos e analisados outros aspectos, entre os quais se podem citar: a questão da sucessão da UPA; indagações sobre conhecimento, tecnologia e educação; as relações de gênero; problematizações quanto às fronteiras entre o rural e o urbano; questões relacionadas à legislação ambiental; os impactos de políticas públicas como o PRONAF e as implicações da renda oriunda da aposentadoria no meio rural; questões geracionais, como juventude e terceira idade; as festividades; a religiosidade; a produção e a comercialização de produtos; os temas da novidade e da inovação; etc.

As características das UPAs em que os alunos cumpriram seus estágios também variam quanto ao tamanho, ao tipo de uso e posse de terra, às relações de trabalho. Isto é, foram realizados estágios em grandes propriedades de caráter patronal, alta-

mente mecanizadas e muito bem equipadas, que contam com trabalhadores rurais empenhados nas atividades das unidades, como técnicos agrícolas, tratoristas, veterinários, administradores, etc. Em alguns estágios optou-se por refletir sobre aspectos diversificados, tais como: o cotidiano em um assentamento da Reforma Agrária (junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST); as características de agricultores familiares descendentes de pomeranos, alemães e italianos; a especificidade de uma comunidade quilombola situada no meio rural; etc.

Com tamanha diversidade do universo empírico vivenciado pelos estudantes dos dois polos, foi necessário recorrer a autores e a teorias – conceitos e definições – apropriados para apreender a realidade. Foi nesse contexto que as disciplinas anteriormente cursadas pelos alunos tiveram papel relevante, já que foram utilizadas abordagens como etnocentrismo, sistemas agrários e leitura de paisagem, legislação ambiental, questões sanitárias, tabelas de custos e elaboração de cenários alternativos à situação vigente na respectiva UPA, formas de engajamento e organização coletiva – movimentos sociais, cooperativas, sindicatos –, entre outros temas trazidos à baila e analisados pelos discentes.

Estudos representativos de São Lourenço do Sul e de São Francisco de Paula

Em geral, os relatórios finais tiveram estrutura de escrita e forma de organização comuns. Os aspectos gerais abordados e descritos referem-se ao motivo da escolha das UPAs, à metodologia utilizada no estudo, à descrição e ao histórico da região, à localização das UPAs e à sua estrutura física. São igualmente recorrentes outros aspectos, entre os quais a descrição das técnicas utilizadas pelos proprietários das UPAs, a organização destas (criação e cultivo, gestão e destino da produção, tarefas, relações de trabalho, etc.) e os cuidados ambientais. Por fim, os estudantes apontaram possíveis melhorias para o desenvolvimento rural e efetuaram a análise individual de seus estágios. Desses relatórios elaborados pelos alunos, são extraídos e reproduzidos a seguir alguns dados relativos aos polos de São Lourenço do Sul e de São Francisco de Paula, selecionados devido à representatividade das respectivas regiões.

Os estagiários do polo de São Lourenço do Sul apresentaram uma descrição da paisagem, a fim de delinear o perfil da propriedade. Caracterizada como propriedade de agricultura familiar, nela se cultiva milho, feijão e soja e se desenvolvem atividades relativas à olericultura e à criação de animais.

Ressalte-se, quanto a essa UPA, a valorização da relação com os vizinhos, concretizada na cooperação mediante a troca de saberes, de informações, de sementes e de trabalho, como ilustra este relato da aluna Flávia Suzana Bork:

No decorrer do estágio, houve, em diversas ocasiões, troca de serviços entre eles: o Leonar plantou feijão e milho, plantio direto com seu trator para eles, em troca, eles vão ajudá-lo a colher seu feijão na safra. Eles se dão bem com os vizinhos, mas não concordam com algumas práticas destes, práticas essas decorrentes das diferenças culturais que vêm de geração em geração; mas isso não impede o bom relaciona-

mento entre eles, pois também se aprende de geração em geração o respeito pelo outro e por suas diferenças.

O relatório final relativo a São Francisco de Paula, por sua vez, retratou a situação da piscicultura. O estudo apresentou informações sobre a natureza da região, a preocupação com o desenvolvimento sustentável, os paradigmas culturais e tecnológicos, a geração de renda e a preservação da biodiversidade. Além disso, os estagiários propuseram possibilidades ou cenários para a UPA em questão, levando em consideração superfície, trabalho e capital.

O respeito pelo ponto de vista dos pesquisados e a observação das características geográficas, dos recursos e das demandas da área, da estrutura da UPA e da região onde ela se situa fundamentaram o planejamento do grupo na perspectiva do desenvolvimento rural. Os alunos tiveram autonomia para planejar implantações na UPA, desativada há 12 anos. Os estagiários Luiz Eduardo Silva Comim, Roberto de Camargo Júnior e Solange Drews Aguiar Menge apresentaram a seguinte avaliação:

[...] observamos a possibilidade de implantar no local escolhido um sistema de processamento dentro da linha da piscicultura, ou seja, aquisição de alevinos de fornecedores previamente qualificados, tratamento para crescimento e processo de desenvolvimento e engorda para padronização de tamanho e peso com a finalidade de colocação à venda dos excedentes nos restaurantes da região. Consideramos, também, a implantação de um restaurante, onde serão consumidos produtos em sua maioria orgânicos, produzidos no próprio local para complemento dos cardápios.

Por fim, é mister mencionar ainda as avaliações dos alunos em relação ao estágio. A experiência de estágio levou-os a várias conclusões. Mencionou-se nos relatórios finais selecionados o desafio que representa articular teoria e prática; a importância da apreensão da realidade para a atuação do profissional tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural; a dificuldade para os estudantes de tomarem distância em relação a um objeto de pesquisa tido como natural, aliada à sua satisfação por poderem conhecer melhor a região em que vivem. Além disso, foi assinalado, por um lado, ser insuficiente o tempo disponível para os estagiários conhecerem o dia a dia da UPA e, por outro, ser gratificante a oportunidade de convívio e de troca de conhecimentos com tutores, colegas, proprietários da UPA e orientadores de campo.

4.3 REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DE ESTÁGIO EM UPAS NO CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DOS POLOS DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA E DE CAMARGO

*Josiane Carine Wedig¹⁶, Daniela Brugnera¹⁷,
Herbert Fischborn¹⁸, Isaias Buhler das Neves¹⁹, Lucia Fioravanço Pinto²⁰,
Renato Zanata²¹, Rinaldo da Silva Brito²²*

O estágio em unidades de produção agrícola objetivou aproximar os alunos dos agricultores, além de relacionar conhecimento teórico e conhecimento empírico.

O estágio a distância tem um caráter diferente do do estágio presencial, porque os alunos gozam de maior independência para realizá-lo, exatamente porque os docentes não acompanham os alunos de forma presencial. Essa distância do aluno com relação ao professor e ao tutor a distância tem sido considerada pelos estudantes, de maneira geral, como uma questão a ser revista, uma vez que grande parte deles apontou ser necessário que, pelo menos em algum momento da prática de estágio, os tutores a distância e os professores acompanhem determinadas atividades de observação na propriedade, a fim de que se estabeleça um diálogo mais efetivo entre professores, tutores, estagiários e agricultores.

Outro diferencial do estágio na modalidade de ensino a distância reside no fato de que aos alunos é facultada uma grande flexibilidade, já que eles podem cumprir as 100 horas previstas ao longo de um período de cinco meses. Com relação a esse período de tempo, os alunos ponderaram que eles deveriam dispor de algum momento presencial destinado à troca de ideias e de informações com os tutores e os colegas, a fim de se estimularem mutuamente para levar adiante as atividades de estágio.

O acompanhamento do estágio do aluno pelo tutor a distância ocorreu mediante os registros semanais de atividades, nos quais o aluno relatava ao tutor os dias em que esteve a campo e as atividades que realizou nesses dias. Os registros de estágio

16 Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas; mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Tutora do PLAGEDER/UFRGS; Tutora a distância do PLAGEDER.

17 Aluna do polo de Camargo do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

18 Aluno do polo de Santo Antônio da Patrulha do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

19 Aluno do polo de Santo Antônio da Patrulha do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

20 Aluna do polo de Camargo do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

21 Aluno do polo de Camargo do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

22 Aluno do polo de Santo Antônio da Patrulha do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

foram, em geral, redigidos com bastante afinco pelos alunos, constituindo uma espécie de diário de campo, que continha dados bem detalhados de observação e vivência. Isso permitiu que o tutor, à medida que ia lendo os registros, sugerisse uma série de referências teóricas, para que os estagiários pudessem estabelecer relações entre a vivência e a teoria, objetivo esse estabelecido para o relatório final, onde as atividades de estágio deveriam ser associadas aos conteúdos das disciplinas cursadas no PLAGEDER e com outros aportes teóricos que pudessem vir a contribuir para ampliar a visão do contexto da agricultura local e, mais especificamente, da UPA em estudo.

Tanto no polo de Santo Antônio da Patrulha quanto no de Camargo, as características agrárias locais são de agricultura familiar, ou seja, de pequenas propriedades rurais. Um elemento importante a ser ressaltado é o fato de alguns alunos de ambos os polos serem agricultores e terem realizado o estágio na propriedade do colega. Em outros casos, os alunos residentes no meio rural realizaram o estágio em propriedades de vizinhos. Isso resultou em uma maior proximidade entre os estagiários e os agricultores. Além disso, as turmas incluíam técnicos agrícolas, pessoas que trabalham em órgãos públicos e privados relacionados à agricultura; e poucos foram os alunos sem nenhuma vinculação com o espaço rural. Esse tipo de perfil dos estagiários estabeleceu um espaço fértil de construção do conhecimento; além disso, fez com que eles se preocupassem com a maneira de abordar e de analisar a prática de estágio sem criar constrangimentos locais, mas, ao mesmo tempo, sem deixar de tratar e de discutir as questões que envolvem as relações sociais, produtivas, econômicas, culturais e ambientais da UPA.

No caso do polo de Santo Antônio da Patrulha, o primeiro debate resultou em uma demanda de fundamental importância para a prática de estágio. Os alunos questionaram tutores e professores quanto à forma com que deveriam abordar questões delicadas, tais como práticas que, de acordo com a legislação vigente, seriam consideradas ilegais, como, por exemplo, a venda do leite *in natura*, o desmatamento da mata nativa, que foram detectadas na região e que poderiam estar ocorrendo nas UPAs. Iniciaram-se, pois, com essa questão, os debates acerca da postura ética a ser mantida pelos alunos durante a realização do estágio. A equipe responsável pela disciplina chegou à conclusão de que tais temáticas, referentes a possíveis “ilegalidades”, somente seriam registradas no relatório de estágio com o consentimento dos agricultores da UPA em que o estágio houvesse sido realizado, visto o cuidado necessário a ser adotado para que o relatório não tivesse caráter denunciante. Essas questões seriam assinaladas pelos alunos nos registros semanais a serem enviados aos tutores, que as sistematizariam, de modo que, no seminário de apresentação dos relatórios, elas passassem a ser objeto de um debate mais amplo, sem que se mencionassem os nomes dos agricultores envolvidos, possibilitando, dessa forma, uma reflexão com os estagiários e uma projeção para futuros projetos de desenvolvimento local que levem em conta tais problemáticas locais em diálogo com as demandas dos agricultores. Muitas vezes, em razão das atividades profissionais da maioria dos alunos, o estágio foi rea-

lizado em finais de semana e nos períodos mais ao final do dia, e só eventualmente nos dias de semana. Isso propiciou que, além das atividades produtivas da família, os alunos acompanhassem principalmente as atividades ligadas às práticas religiosas, culturais e de lazer, que se concentram mais nos períodos de finais de semana. Considera-se que é fundamental para os estagiários a observação das práticas de lazer dos agricultores, uma vez que, normalmente, os pesquisadores costumam abordá-los mais por estarem comprometidos com a produção de alimentos e menos em função dessas outras atividades, que, no entanto, fazem igualmente parte de seu cotidiano.

Os alunos foram orientados a realizar a observação e as demais atividades do estágio sem interferir nas UPAs. A observação das racionalidades e das lógicas de organização local dos agricultores constituiu, em alguns momentos, um aprendizado bastante desafiador para os alunos, na medida em que ainda está fortemente arraigada neles uma concepção cartesiana de conhecimento, segundo a qual as “verdades” seriam construídas pela ciência e ditadas aos agricultores. Acredita-se que esse deslocamento, que levou os alunos a ouvirem os agricultores e a apreenderem suas lógicas de organização, foi crucial para que eles, como futuros gestores e planejadores do desenvolvimento rural local, não concebam projetos de desenvolvimento sem levar em conta os saberes dos agricultores locais, mas compreendam a importância de um processo dialógico entre gestores e agricultores, no momento da concepção e da elaboração de projetos para o desenvolvimento rural local.

Algumas atividades dos estagiários foram realizadas coletivamente, quando dois ou três deles cumpriram o estágio em uma mesma UPA. Não há dúvida de que essa prática coletiva se constituiu em um aprendizado adicional, na medida em que os alunos puderam debater suas observações com os colegas e, assim, relacioná-las com as abordagens teóricas.

As apresentações dos relatórios de estágio nos dois polos supracitados ocorreram em um período de dois dias, em que foi possível o encontro e o debate efetivo entre tutores a distância, tutores presenciais, alunos e agricultores (tendo estes últimos sido convidados a participar dos seminários de apresentação do estágio). Tanto nos relatórios de estágio quanto nos respectivos seminários de apresentação, vários temas se destacaram, fruto das vivências de estágio e das reflexões teóricas formuladas pelos alunos, temas esses que apontam para possibilidades de realização de pesquisas futuras, na perspectiva quer da elaboração de monografias, quer da prática profissional dos alunos.

Os principais temas debatidos no seminário do estágio da turma de Santo Antônio da Patrulha foram:

- ▶ Sucessão hereditária nas unidades de produção agrícola;
- ▶ Produção e comercialização de produtos para grandes centros urbanos;
- ▶ Produção de leite de forma artesanal e industrial, com foco nas relações em torno da produção e da comercialização;

- ▶ Fronteiras que diminuem entre o rural e o urbano, à medida que aumenta a circulação de pessoas, alimentos e outros utensílios;
- ▶ Produção e comercialização de plantas ornamentais;
- ▶ Turismo rural e os principais impactos dessa atividade sobre a vida dos agricultores;
- ▶ Feiras livres de produtores rurais, abordando a organização e a relação entre agricultores e consumidores;
- ▶ Produção e comercialização de produtos orgânicos;
- ▶ Agricultura e questões ambientais;
- ▶ Sementes crioulas e tecnologias tradicionais;
- ▶ Religiosidade e festividades rurais;
- ▶ Estratégias dos agricultores frente às catástrofes climáticas;
- ▶ Migração da cidade para o meio rural, origem do fenômeno dos neorrurais;
- ▶ Terceira idade no meio rural;
- ▶ Juventude rural;
- ▶ Processamento de produtos agrícolas, base da agregação de valor;
- ▶ Educação no campo.

Os principais temas debatidos no seminário do estágio da turma de Camargo foram:

- ▶ Processo de sucessão dos filhos e filhas nas unidades de produção agrícola;
- ▶ Fabricação de produtos artesanais (por exemplo: vinho, grapa e erva-mate);
- ▶ História da avicultura e da suinocultura na região e mudanças na forma de produção;
- ▶ Trabalhos em forma de mutirão, “sociedade” e troca de serviços;
- ▶ Pequenas indústrias familiares no espaço rural (por exemplo: as olarias);
- ▶ A divisão do trabalho entre homens e mulheres, jovens e idosos, no meio rural;
- ▶ O lazer das famílias de agricultores;
- ▶ Trabalho temporário: o caso dos trabalhadores que são contratados de forma sazonal (nos períodos de plantio e colheita);
- ▶ Festividades e religiosidade das famílias de agricultores;
- ▶ Agricultura e questões ambientais;
- ▶ História da modernização da agricultura regional;
- ▶ Estratégias dos agricultores frente às catástrofes naturais (secas, excesso de chuvas, ataque de lagartas, etc.);
- ▶ Terceira idade no meio rural;
- ▶ Juventude rural;
- ▶ Soja como “moeda de troca”;
- ▶ A produção para o autoconsumo.

Nos relatórios de estágio, encontra-se um registro bem detalhado da vivência dos estagiários. Além disso, estes articularam a inserção das UPAs em um contexto mais amplo de agricultura (regional, nacional e internacional), refletindo sobre a interação que se estabelece entre essas instâncias.

De acordo com a avaliação dos alunos, o estágio constituiu-se em um elemento fundamental de sua formação, na medida em que lhes proporcionou um olhar sistematizado sobre a realidade rural local a partir da articulação do campo empírico com o teórico, na análise de sua vivência em uma UPA.

Apresentamos, a seguir, dados dos relatórios de estágio dos polos de Camargo e de Santo Antônio da Patrulha, a fim de ilustrar como se deu essa experiência dos alunos.

Estágio realizado em UPA em Camargo

O estágio do grupo foi realizado em uma propriedade localizada em São Pedro do Gramado. Foi efetuada a caracterização do solo, do clima, da organização da agricultura do município em que a propriedade estudada está inserida. Foi delimitada igualmente a caracterização da comunidade em que a UPA está inserida, incluindo referências às vias de acesso e aos meios de transporte.

Os estagiários retrataram o histórico da UPA, seu tamanho, os produtos que ali são produzidos (para comercialização e autoconsumo), as formas de comercialização desses produtos (no caso pesquisado: soja, frangos, leite e silvicultura, além da produção de artesanato – peças de crochê, tricô, bordado ponto cruz, pintura em tapetes, toalhas, cortinas). Foram observadas, ademais, as questões ambientais: área de preservação permanente, cuidados para evitar a erosão, fontes de água.

Foi descrita a forma de organização familiar, para se compreender como os agricultores se articulam, como distribuem suas atividades, como essa distribuição está ligada a relações de gênero, ou seja, como eles realizam suas atividades produtivas e de lazer. Foi apresentada, ainda, a perspectiva que têm os jovens (filhos e filhas) quanto à sucessão na UPA.

Um ponto importante ao qual foi dado destaque no relatório é a participação comunitária da família nas atividades de mutirão, nas atividades religiosas e nas festividades, que são organizadas coletivamente, criando uma identificação que, para além do círculo da família, estabelece laços sociais com a vizinhança. Cabe ressaltar que, em celebrações, são solicitadas ajudas visando às colheitas.

O relatório refere-se também à manutenção dos instrumentos agrícolas antigos, relacionados à memória das famílias, aos saberes transmitidos de geração em geração.

Os estagiários ressaltaram, além disso, os hábitos alimentares das famílias, salientando quanto a produção para o autoconsumo é importante para o sustento não só dessas como de outras famílias e para o fortalecimento das relações de reciprocidade – troca e doação de alimentos – e a afirmação da identidade étnica.

O grupo observou, por fim, que, ao lado de práticas altamente mecanizadas, subsistem práticas de produção tradicional, isto é, relacionadas àqueles ensinamentos de agricultura que são transmitidos de pais a filhos.

Entre suas considerações relativas ao estágio realizado no polo de Camargo, os alunos Daniela Brugnera, Lucia Fioravango Pinto e Renato Zanata desenvolvem a seguinte reflexão:

A atividade de estágio propicia a aproximação necessária entre os meios científico-acadêmico e empírico-prático. Neste momento, pode-se observar a complexidade das relações de uma unidade de produção agrícola. Assim, percebe-se que a existência de relações entre os membros da família, e destes com as atividades produtivas desenvolvidas e com o meio externo, insere-se em uma cadeia sistêmica. Dessa forma, uma decisão sofre interferências e ao mesmo tempo interfere em outras decisões, comprovando a existência de uma complexa rede de dependência e complementaridade entre as diversas facetas da UPA.

Diante disso, salienta-se que o aprendizado construído durante o trabalho de acompanhamento das atividades desenvolvidas na propriedade servirá de experiência para interpretar situações futuras, além de facilitar o entendimento das especificidades locais de cada comunidade e de favorecer o diagnóstico para a coelaboração de projetos para o desenvolvimento rural regional.

Estágio realizado em UPA em Santo Antônio da Patrulha

A UPA em que foi realizado o estágio deste grupo está situada na localidade de Ribeirão, no município de Santo Antônio da Patrulha. Durante o estágio, o grupo conviveu com a família, onde, além da produção agrícola, pôde observar costumes e tradições familiares e ouvir relatos da história e das pretensões para o futuro dos membros da UPA.

Na observação a campo, os estagiários deram principal atenção aos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Apresentaram as características da UPA, descrevendo sua estrutura, os tipos de cultivos ali realizados (fumo, silvicultura, milho, feijão, aipim e vassoura), as formas de cultivo, o relevo, a vegetação, o histórico da propriedade, a constituição familiar e as relações que a família cultiva com a comunidade circundante. Relataram também o uso de mão de obra familiar e de mão de obra contratada, esta última, principalmente nos períodos de plantio e de colheita.

O relatório contém referências ao acesso dos agricultores ao centro urbano para a compra de produtos destinados à atividade agrícola e doméstica, salientando que na localidade rural existem somente pequenos comércios locais, que constituem pontos de recreação, como canchas de bocha, e que servem bebidas e lanches, os conhecidos “botecos”.

Quanto à estrutura da localidade, o relatório informa que ela conta com um salão comunitário onde são realizadas as festas, além de um campo de futebol, que

se constitui em espaço de lazer para os finais de semana e em local de partidas de futebol. Com relação às atividades de lazer, para as mulheres locais existem poucas alternativas, ficando estas geralmente restritas a visitas entre vizinhas ou a festas familiares, comunitárias e religiosas. Para os homens, como foi mencionado, a comunidade dispõe de canchas de bocha e de um campo de futebol, ocorrendo torneios ou campeonatos regionais que envolvem o time local, formado graças à afinidade que existe entre os agricultores da região e extensiva a parentes, vizinhos e amigos.

O relatório registra que os alunos observaram o processo de êxodo rural e que discutiram as razões que estão na raiz desse problema. Assim, por exemplo, informou-se que na localidade de Ribeirão existe somente uma escola, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Vitorino Correia da Silveira. Como esta oferece apenas o ensino fundamental, os jovens são obrigados a deslocar-se até o centro urbano para cursar o ensino médio, o que, de acordo com os estudantes, já se caracteriza como um primeiro processo de êxodo do espaço rural.

Os estagiários acompanharam as organizações coletivas locais, dando o maior destaque aos mutirões, cujo objetivo é resolver a problemática da escassez da mão de obra. Esses mutirões são organizados para realizar trabalhos agrícolas, para construir instalações, tais como casas e galpões, para proceder à limpeza das áreas de cultivo e à colheita. Os alunos enfatizaram, por outro lado, que um dos objetos de suas observações foram as questões ambientais referentes à água, à mata nativa, à erosão, ao assoreamento e ao uso de insumos químicos. O grupo também acompanhou a inserção e a participação sindical dos agricultores da UPA (Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Dentre as considerações relativas ao estágio desse grupo, cabe salientar a seguinte reflexão de Rinaldo da Silva Brito:

Nestes três meses de estágio, pudemos verificar toda a dinâmica da UPA, bem como seus aspectos físicos e o relacionamento da agricultora e do agricultor com a terra e os cuidados que eles têm com o meio ambiente. Pudemos analisar quais são as interações sociais que ali se estabelecem e como ocorre a dinâmica econômica.

A vivência na UPA trouxe ao grupo um maior entendimento da realidade local. Na prática do estágio, é possível associar os conhecimentos empíricos aos conhecimentos teóricos, propiciando o crescimento na formação do tecnólogo.

Considerações finais

Baseando-se, por um lado, no acompanhamento sistemático das atividades dos agricultores em seus mais diversos âmbitos, e, por outro lado, nos dados detalhados em seus registros, os alunos puderam compreender concretamente como funciona a dinâmica do cotidiano de uma UPA. Assim, as observações contidas nos relatórios abrangem dados que vão desde a produção, a comercialização e o processamento até aspectos relacionados à religiosidade, ao lazer, a festividades, a mutirões e àaju-

da mútua em propriedades rurais. Puderam os estagiários, desse modo, identificar potencialidades e dificuldades vividas pelos agricultores e, a partir do conhecimento aprofundado da realidade da UPA, pensar criticamente os conteúdos que têm sido trabalhados ao longo do curso de graduação tecnológica do PLAGEDER.

4.4 A VIVÊNCIA DE ESTÁGIO NOS POLOS DE BALNEÁRIO PINHAL E DE HULHA NEGRA

*Mariana Francisca Arreguy Muniz²³,
Delmar Afonso Dietz²⁴, João José de Ávila Nunes²⁵*

Nos seminários de apresentação dos relatórios de estágio, identificamos o grande envolvimento dos alunos ao buscarem apreender a realidade agrícola regional. Tanto no polo de Balneário Pinhal quanto no de Hulha Negra, os alunos contribuíram não somente com indagações, mas igualmente com reflexões complementares, relacionando-as com as demais apresentações e disciplinas do Curso. Os estudantes demonstraram satisfação com a disciplina Estágio Supervisionado I, ressaltando a importância dessa vivência para sua atuação como profissionais.

Nos relatórios, foram analisadas questões relacionadas à realidade social, ambiental e econômica das respectivas UPAs, e os alunos foram consequentes em suas críticas, ressaltando que, no caso do polo de Balneário Pinhal, por exemplo, muitos danos ambientais observados não eram restritos a determinada UPA, mas caracterizavam uma situação que estaria presente em quase todas as UPAs situadas no mesmo contexto agrícola e regional.

As turmas proporcionaram debates instigantes, que demonstraram o envolvimento dos estagiários e seu interesse em conhecer mais de perto a realidade local. Os alunos tiveram a oportunidade de se posicionar argumentativamente quanto às suas convicções. E contribuíram para as discussões formulando perguntas e associando a vivência de cada um ao contexto regional. Ao mesmo tempo, interligaram as disciplinas já cursadas e as experiências narradas pelos colegas e por eles vivenciadas, correlacionando a teoria com a prática.

No polo de Balneário Pinhal, houve experiências bem diversificadas. Alguns alunos não conheciam a realidade de uma UPA, ao passo que outros já haviam tido experiências particulares, seja graças à origem familiar, seja graças à profissão que exercem atualmente. Isso resultou em experiências singulares descritas nos relató-

23 Bióloga; mestranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Tutora a distância do PLAGEDER/UFRGS.

24 Aluno do polo de Balneário Pinhal do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

25 Aluno do polo de Hulha Negra do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

rios, tais como a sensibilização com o ambiente rural por efeito de recordações de infância, o primeiro contato com o cotidiano de uma UPA, a oportunidade de exercer uma atividade diferente da de sua atuação profissional ou a reavaliação de aspectos da profissão atualmente exercida.

A região de Balneário Pinhal é grande produtora de mel de eucalipto, bem como de arroz. No entanto, as experiências de estágio não se restringiram às duas principais produções agrícolas locais. As UPAs escolhidas para estágio apresentavam características distintas, pois nelas foram encontrados desde pequenos agricultores familiares com cultivo destinado exclusivamente à própria subsistência até médios e grandes produtores especializados em uma única cultura, além de arrendatários de terras e trabalhadores agrícolas assalariados com produções diversificadas.

Uma dupla de alunos realizou o estágio em um assentamento pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no qual tiveram a oportunidade de conhecer mais profundamente um trabalho cooperativo. Esses estagiários convidaram os demais colegas para visitar o local, ao que toda a turma respondeu positivamente, inclusive definindo a data da visita e os meios de transporte. Essa iniciativa certamente terá contribuído para complementar a vivência dos estudantes, futuros profissionais.

Houve uma exceção entre as UPAs selecionadas. Foi o caso do aluno Delmar Afonso Dietz, que vivenciou o estágio junto aos pescadores artesanais de Tramandaí.

A pesca é uma atividade marginalizada, constata o aluno. Na verdade, sendo técnico agrícola, sua motivação inicial foi a de conhecer uma realidade diversa da de seu campo de atuação profissional e, por isso, optou por um estágio que lhe proporcionasse uma experiência complementar no âmbito do desenvolvimento rural, conforme se lê em seu relatório:

Este estágio contribuiu para modificar conceitos em relação à atividade pesqueira artesanal, tida como fácil e recreativa. Na verdade, é muito árdua, pesada e de difícil administração. A diversidade de inter-relações que esses profissionais precisam construir com instituições concedentes, licenciadoras, de crédito, de representação da classe, fiscais, de mercado e com colegas, para desempenharem suas atividades, deveria colocá-los em uma condição de superioridade, enquanto o que ocorre é o contrário.

Além disso, a experiência permitiu ao estagiário vivenciar uma nova modalidade de pesca, como expõe:

Este relatório busca descrever a realidade de uma unidade familiar de pesca profissional artesanal que reside próximo ao mar e que dele retira seu principal meio de vida. A família centro deste relato vem buscando inovar, fazendo uma transição para uma modalidade de pesca nova, utilizando-se de equipamentos mais sofisticados, como o barco com motor de popa, e adentrando até três milhas náuticas no mar.

Delmar Afonso Dietz observa a atividade sob diferentes enfoques, conforme relata:

[...] a sustentabilidade ainda não está presente na maneira de ver a atividade. A consciência da família onde realizei meu estágio está voltada para a busca de recursos econômicos, sem destaque para a preocupação com as questões sociais e ambientais nas quais estamos inseridos.

Com base nas informações por ele coletadas, o estagiário refere assim as dificuldades da atividade pesqueira e das relações socioambientais:

Apesar de todo o esforço que é feito para definirmos as unidades produtivas da pesca profissional artesanal como unidades produtivas de economia familiar, isso não acontece no nível das instituições que têm a atribuição de lhes fornecer as documentações necessárias. Os pescadores são tratados como indivíduos, e não como coletividade. As exceções estão relacionadas ao bloco de produtor rural, onde é possível incluir até sete membros de uma mesma família, e à DAP (Declaração de Aptidão), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quando se trata de carteira profissional, de licença ambiental, de inscrição de assegurado especial junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), de licença do ambiente para processar os pescados junto à vigilância sanitária, de seguro defeso, esses documentos desconsideram a questão da unidade familiar, visto que, onde o ciclo do processo é completo (captura, processamento, embalagem, armazenamento e comércio), sempre se envolvem diversos membros familiares para darem conta das tarefas. O ambiente e a modalidade de trabalho exercida pela família onde cumpri meu estágio obrigam a executar a pesca em parcerias. O mar apresenta correntes muito fortes, impedindo a pesca profissional com rede de forma individual. Isso condiciona esses trabalhadores a constituírem grupos de trabalhos, solidificando uma relação de amizade e de corresponsabilidade.

O estagiário menciona também as relações de gênero nesse contexto:

Nos ambientes familiares, destacam-se com muita ênfase os espaços e as atribuições de cada gênero. Os trabalhos mais pesados e mais próximos do exercício da captura e da confecção das artes de pesca são atribuições quase exclusivas do homem, enquanto os trabalhos mais domésticos, executados após a captura, quando o pescado já está em casa, são tarefas sobretudo femininas.

Os aspectos acima mencionados servem para ilustrar as questões que geraram o debate. A apresentação deste relatório alimentou reflexões acerca da atividade pesqueira. Os colegas até observaram que, nas referências ao município, as atividades econômicas comumente citadas são o cultivo de eucalipto associado à melipolinicultura e à rizicultura, e que a pesca é considerada uma atividade de pouca expressão econômica, embora o polo seja litorâneo. Essas análises do estagiário estão incluídas nas citações que seguem.

A contribuição desse aluno para a compreensão do contexto rural da região foi muito expressiva, principalmente para aqueles colegas que têm pouco envolvimento com o respectivo polo. O aluno salientou, em seu relatório e no seminário de apresentação, as multifacetadas que o desenvolvimento rural comporta, entre as quais ressaltam as questões culturais, ambientais, econômicas e sociais. Delmar Afonso Dietz abordou esses assuntos de forma ao mesmo tempo descritiva e analítica, associando a realidade empírica aos conhecimentos teóricos, como demonstra esta sua análise reflexiva:

O trabalho realizado [...] possibilitou que eu elaborasse um conceito muito próximo da realidade desta classe social. Existe um grande potencial de produção, com falta de apoio e orientação. [...] as políticas públicas destinadas aos mesmos não contemplam com eficiência os problemas que se propõem a sanar. As linhas de crédito [...] não estão disponibilizadas por desinteresse dos agentes financeiros. Conforme o escritório da Emater/RS local, em 2004 havia mais de 104 operações PRONAF para pescadores profissionais artesanais. Nos últimos três anos, não houve nenhuma contratação, por intransigência das agências bancárias locais.

O saber fazer reproduzido entre as gerações não recebe a valorização que deveria. As políticas públicas não buscam valorizar o trabalho dos pescadores artesanais. Esse modo de vida poderia ser melhor valorizado pelo turismo ou pelo artesanato, por exemplo. [...]

Um grande conflito é provocado na orla gaúcha pelos pontos de pesca de cabo, locais onde muitas famílias retiram seu sustento, *versus* a prática do esporte do surf. A representação política e o poder econômico que os surfistas têm fazem crer que esta é uma modalidade de pesca que está com os dias contados, para citar um só exemplo.

O fato de meu concedente ter optado por um novo modelo de pesca, pesca de bote, fez dele um profissional diferenciado [...] Passou a ser visto como alguém que [...] é audacioso, não tem receio de empreender, aderiu a um modelo de pesca moderno, investimento que poucos tiveram a coragem de fazer.

Os serviços de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) oficial estão sucateados. Os poucos extensionistas [...] conseguem atender às demandas sem tempo para construir propositivamente junto aos pescadores.

Essa categoria social está entre as que menos receberam investimentos na forma de políticas públicas. Assim, eles não têm evoluído com a mesma rapidez com que a localidade prosperou (construção civil, imobiliária e gastronomia), sendo o segmento social [...] mais desvalorizado. A expressão corrente “tá nervoso, vá pescar” denota a pesca como um exercício prazeroso, ou um lazer, e que, portanto, não precisa ser remunerado.

Somente a partir do ano de 2000, com a extensão do RS-Rural (Programa Estadual de Combate à Miséria) aos pescadores, iniciou-se a discussão para o município produzir políticas voltadas ao setor pesqueiro. Na gestão municipal de 2002 [...], o município criou a Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura, responsável pela política de desenvolvimento rural.

[...] Quanto aos jovens, não são tratados pela sociedade [...] como o são os filhos das demais classes sociais. São muitas vezes desprezados devido à origem da profissão da família. Na comunidade, é consensual

que a profissão de pescador envolve uma atividade inferior, desacreditada. Isso condiciona grande parcela dos jovens a buscarem outras profissões, em geral de comerciárias e de pedreiros, ao invés de qualificar a da família, que pode ser tão próspera quanto qualquer outra, se investir em conhecimentos e qualificação [...]

O que é realçado neste momento reflexivo do relatório volta a ser comentado diversas vezes ao longo do corpo do texto e foi igualmente explorado durante a apresentação do trabalho. Os demais colegas manifestaram muita satisfação com o debate.

Já em Hulha Negra, tivemos a oportunidade de reconhecer e de discutir a realidade regional em um contexto de grandes proprietários de terras e de pecuaristas. Os alunos se depararam com um elemento comum a todas as propriedades: o gado – quer de corte, quer de leite, quer destinado a melhorias genéticas. A pecuária é, pois, a principal atividade na região; mas, atualmente, percebe-se o avanço dos cultivos de soja e de eucalipto.

As peculiaridades das vivências foram trazidas à sala de aula. Assim, por exemplo, durante os seminários de apresentação, uma aluna ofereceu para degustação um queijo procedente da sua UPA de estágio, ilustrando a marcante presença da atividade pecuária. De modo geral, em seus relatos, os alunos enfocaram aspectos diferenciados que iam desde a temática das tradições culturais e das raízes históricas da região, vinculada aos tropeiros, até as tecnologias da engenharia genética e os benefícios destas, expressos no aumento e na qualidade da produção.

Sobre o cenário comum da região da campanha, o aluno João José de Ávila Nunes, em seu relatório, assim se exprime:

Essa é uma região onde os contrastes étnicos, ambientais e econômicos são bastante acentuados, com produtores familiares de leite, gado de corte (uma aptidão dos campos naturais para essas duas atividades), sementes olerícolas, pequenas e médias propriedades produtoras de grãos com culturas anuais (soja, arroz, milho, sorgo, entre outras). A vegetação, os recursos naturais e os solos apresentam certo grau de degradação com os sucessivos cultivos, devido à sua intensidade. [...]

E complementa:

Esta é uma região que possui um modelo de uso dos espaços bastante conflitante, considerando-se principalmente a estrutura fundiária. A busca do equilíbrio e o desenvolvimento sustentável implicam várias esferas, como questões sociais, econômicas e ambientais.

Na região, encontram-se algumas das maiores propriedades rurais do estado, cuja utilização é feita com ênfase socioeconômica bastante conservadora, ocupação esparsa para pecuária, conduzindo, dessa forma, a conflitos pelo “uso da terra” com outros movimentos sociais, como, por exemplo, os assentamentos do MST. [...] É necessário tratar dessas questões que envolvem os vários segmentos da comunidade, como as políticas do governo, as universidades e os órgãos de pesquisa e de extensão rural, procurando demonstrar

que a região tem características extremamente específicas e que, como tal, deve ser tratada.

Foram igualmente evidenciados aspectos sobre o meio ambiente, até com alusão a dados históricos encontrados em acervos bibliográficos de instituições municipais, como dá a entender este testemunho de João José de Ávila Nunes:

Práticas agrícolas inadequadas à aptidão dos solos e ao meio ambiente levaram a danos ambientais e econômicos irreversíveis e sem precedentes. Existem diversas evidências sobre problemas recentes envolvendo o uso e o manejo dos solos no Rio Grande do Sul e, mais especificamente, no município de Hulha Negra, que vêm desde a colonização europeia, na década de 1920 [...]

Apresenta-se, no relatório em questão, uma realidade não restrita à região da campanha gaúcha, mas que envolve práticas que vêm se generalizando em outras unidades de produção agrícola. A UPA em que João José de Ávila Nunes realizou seu estágio possui uma área em que se produz soja, arroz e gado, mas está situada em uma região que enfrenta sérios problemas, conforme relata o estagiário:

[...] o assoreamento do corpo d'água e a contaminação do solo estão entre os quatro problemas ambientais mais frequentes no município e na região. As causas da contaminação vão desde agroquímicos, fertilizantes e resíduos cloacais da cidade até dejetos de indústrias. O solo apresenta-se em estágio avançado de contaminação; quase 50% dele se encontra de alguma forma contaminado [...]

O interesse primeiro do aluno na escolha da propriedade foi o de compreender o avanço da soja sobre os campos naturais. Além dessa temática central, outros assuntos foram considerados por ele como sendo extremamente relevantes para a análise da UPA e a apreensão da realidade da agricultura nessa região. Explica o estagiário:

Procurei realizar estágio nesta área da produção de grãos, pois estamos situados em uma região por excelência de campos naturais, com tradição na criação de gado. [...] Além disso, houve uma expansão da lavoura da soja (*Glycine max*), cujo valor de produção subiu em média 27,9% ao ano.

Os colegas também observaram que, nesta UPA, o solo está sendo utilizado de forma intensiva, pois as áreas em que é colhido o arroz logo a seguir são ocupadas com a criação de gado. Esse uso intensivo do solo por vários anos consecutivos, explica o estagiário, faz com que seja necessário um controle químico de pragas.

O aluno questiona o cultivo da soja, considerando que há muitos riscos que podem prejudicar a colheita, devido à abundância de chuvas no inverno em contraposição à escassez de chuvas no verão. Outro aspecto por ele mencionado refere-se a uma informação técnica, segundo a qual essa cultura é muito onerosa, pois requer o uso de maquinários e insumos externos.

Constatamos, através dos relatórios e dos seminários, que os estudantes realizaram satisfatoriamente suas atividades, gerando bons resultados com seus textos e discussões. As turmas contribuíram com relatos ricos para o aperfeiçoamento dos colegas; consideraram essa vivência como importante para sua formação profissional e valorizaram a disciplina. Comprovam-no estas palavras de João José de Ávila Nunes:

Foi muito importante para aliar o conhecimento de campo com o conhecimento teórico adquirido ao longo das disciplinas do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER).

Em sua reflexão, o estagiário evidencia aquilo que traz ao longo do relatório em citações empíricas, ou seja, em reflexões sobre sua experiência prática, das quais destacamos a seguir alguns trechos:

[...] a crescente demanda por alimentos exige sistemas cada vez mais complexos de cultivo, transporte, estocagem e processamento dos produtos agrícolas. A busca de rendimentos maximizados proporcionou o aumento do uso de praguicidas, muito mais pelo sistema que é ofertado do que pela própria vontade do produtor. A competitividade atual nessa corrida desenfreada pela produção leva a essa situação.

[...] Diante da minha expectativa inicial de compreender como a produção de grãos avança sobre os pampas, observei potencialidades e fragilidades [...] de ordem social, ambiental, cultural e econômica. Não é questão de ser contra ou a favor, mas de analisar a implantação desses sistemas de cultivos com cuidado para evitar que, num período próximo, se lamente o fim das características ímpares da região.

[...] No caso da água de irrigação das lavouras de arroz, o manejo das lâminas d'água serve de veículo para resíduos de pesticidas utilizados nas diferentes fases do cultivo, no retorno da água de irrigação ao curso local. Do mesmo modo, mas indiretamente, os produtos utilizados no manejo químico da soja atingem o leito dos cursos d'água [...] A lavagem desses equipamentos não demonstra cuidados [...]

Vemos que a exposição às formas de contaminação não atinge só trabalhadores rurais; mas também crianças e adolescentes estão expostos aos agrotóxicos, por vias ambientais e ocupacionais, durante sua participação nas atividades laborais da família, devido ao contato com os pais, depois de estes terem lidado com agentes químicos, ou devido à alimentação e à água contaminadas. Essas práticas de uso intensivo de agroquímicos trazem consigo o risco potencial da contaminação das coleções de água.

[...] Se eu atuasse como gestor desta UPA, [...] eu estaria propondo a redução do plantio da soja para os 15% da área mais alta, já que 85% da área arrendada é relativamente plana e encharcada com as chuvas. Ou seja, ela está longe das características ideais para esse cultivo, reduzindo a produtividade média por hectare com uma rentabilidade muito baixa. [...] A área de arroz seria aumentada, [...] e, com a barragem existente, é permitido esse aumento da área de plantio com um uso mais racional da água.

[...] fica evidente a impossibilidade de imprimir manejo de campo nativo devido ao uso intensivo dos recursos naturais [...] Podem ser tomadas medidas de redução desses impactos, como a implantação de pastagens de inverno com espécies de ressemeadura natural para a cobertura do solo, o uso de animais mais leves e lotação menor nas resteevas [...] Possuímos espaço para ambas as atividades, desde as tradicionais praticadas na região até aquelas inseridas pela agricultura moderna. O estudo de cada caso, de cada propriedade é, sem dúvida, um primeiro passo para a redução de impactos sobre o campo e a criação de um sistema sustentável. [...]

Os extratos de relatórios citados ao longo desta seção ilustram de maneira exemplar a heterogeneidade dos polos, de acordo com suas peculiaridades regionais. As reflexões demonstram, no entanto, que os estudantes observaram o desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade em seus diferentes enfoques, social, ambiental e econômico. Os alunos manifestaram, no entanto, majoritariamente que gostariam de acompanhar por um maior número de horas o trabalho nas UPAs.

Estes e outros comentários comprovam o extremo interesse dos estagiários em conhecer as realidades locais e em problematizar a agricultura nas respectivas regiões de estudo.

4.5 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIOS NO MEIO RURAL DOS POLOS DE ARROIO DOS RATOS E DE QUARAÍ

*Moisés da Luz²⁶, Jamir Fortunato Dalenogare²⁷,
Janaina Bitencourt Holosbach²⁸, Gari Bibiano da Rosa Crixel²⁹*

A realização de estágios em UPAs foi esperada com ansiedade pelos graduandos do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), haja vista os comentários a respeito desse curso, que ressaltam ser ele muito teórico, impor uma grande carga de leituras e não haver até então proporcionado uma disciplina de estágio.

O elenco de estudantes da disciplina Estágio Supervisionado I apresenta currículos diferenciados, com grande diversidade quanto à idade e à formação escolar. Assim, há estudantes que recém concluíram o ensino médio, produtores rurais, pro-

26 Mestrando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS); Tutor a distância do PLAGEDER/UFRGS.

27 Aluno do polo de Arroio dos Ratos do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

28 Aluna do polo de Quaraí do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

29 Aluno do polo de Quaraí do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

fessoras de educação básica, veterinários, profissionais de assistência técnica, como da EMATER³⁰, funcionários públicos, bacharéis em Direito, militares, entre outros, todos atuantes e/ou interessados na área do Desenvolvimento Rural.

Quando da primeira aula presencial, notou-se grande empolgação pelo fato de cada estudante poder ir à procura de uma unidade de produção agrícola de sua preferência ou conveniência, de forma a ajustar o estágio à disponibilidade das famílias anfitriãs e aos horários de que os estagiários poderiam dispor, levando em conta seus compromissos familiares, profissionais, estudantis e outros.

Os estudantes realizaram seus estágios em estabelecimentos que apresentam características gerais e peculiaridades da realidade rural de seus municípios, desvendando aspectos que não costumam ser divulgados na grande mídia, ou que chamam a atenção por seu caráter inovador, pela grande diversidade de atividades produtivas, que representam via alternativas à cadeia de produção de alimentos.

A relação de tutor a distância com os graduandos no período de estágio foi no sentido de estimular a percepção de diversas dimensões do cotidiano, de modo a ampliar o panorama de observação e análise dos estagiários. Procedeu-se também a análises teóricas de acordo com a vivência do estágio, e foram exigidos registros semanais precisos.

A elaboração dos relatórios contemplou todas as atividades exercidas pelos estudantes, incluindo abordagens teóricas, experiências pessoais e profissionais, informações gerais sobre a localização das respectivas UPAs e municípios, bem como dados ambientais e econômicos.

Os assuntos sugeridos pela tutoria e abordados pelos estagiários foram: produção para o comércio e para o autoconsumo, participação em cooperativas, associações ou grupos, relações trabalhistas, participação em sistemas de crédito bancário e benefícios do governo (investimentos/endividamento), relações de gênero, preservação ambiental, juventude rural e continuidade do trabalho nas próximas gerações, agricultura convencional e agroecologia, uso de insumos externos (custos, implicações), assistência técnica, paisagem rural, dificuldades (financeiras ou relativas à mão de obra, ao comércio, ao clima, ao solo) e perspectivas.

No polo de Arroio dos Ratos, os estagiários viveram realidades diversas quanto ao tamanho das unidades agropecuárias, escalonadas de pequenas (4 ha) até grandes propriedades (940 ha). Alguns estudantes realizaram estágio em outros municípios, limitrofes a Arroio dos Ratos ou localizados a maior distância. Dois estudantes cumpriram seu estágio em um assentamento da reforma agrária situado no município de Viamão (região metropolitana de Porto Alegre), onde acompanharam a produção de arroz orgânico.

Em geral, de acordo com os estagiários, em propriedades de tamanho pequeno a médio, observa-se uma diversidade maior de atividades, visto que estas consistem principalmente do trabalho familiar. As atividades predominantemente destinadas ao mercado, encontradas em diferentes UPAs, referem-se à silvicultura (acácia-negra e

30 Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

eucalipto), à bovinocultura de corte, aos ovinos e à melancia. Atividades com fins comerciais, mas que não se encontram em diferentes estabelecimentos, dizem respeito à viticultura, ao beneficiamento de carvão vegetal, ao cultivo orgânico de melancia e de arroz, à suinocultura, ao milho e ao fumo. Atividades voltadas ao autoconsumo e ao comércio (quando há excedentes) são relacionadas à produção de ovos, leite e seus derivados, milho, feijão, aipim, abóbora, moranga, olerícolas, frutas (uva, bergamota, laranja, caqui, figo, pera, pêssego, ameixa, goiaba), conservas de legumes, compotas e doces de frutas, suínos, bovinos, peixes, aves (galinhas, patos) e à apicultura. Já nas grandes propriedades, ocorre especialização em algumas atividades, tais como bovinocultura de corte, ovinocultura, plantação de acácia-negra e de eucalipto e, em menor escala, de melancia, de arroz, e consórcio entre acácia-negra e melancia.

No polo de Quaraí, os estágios foram realizados em estabelecimentos que variavam de 4 ha a 5.500 ha. De acordo com as observações dos estagiários, o município de Quaraí, situado na região da Campanha, dentro do bioma Pampa, caracteriza-se na agropecuária pelas atividades de bovinocultura, ovinocultura e rizicultura. Observa-se, na maioria dos estabelecimentos de grande porte, o predomínio dessas monoculturas e, em alguns casos, da criação de cavalos. Nesse sentido, houve para os estudantes algumas “descobertas”, uma vez que, em geral, com relação a essa região do estado, a mídia e a opinião pública esquecem que há famílias de agricultores com pequenas propriedades de terra. Um desses casos, identificado pelos estagiários, ocorre em regime de comodato, ou seja, a família utiliza e explora uma área de cerca de 25 ha pertencente a uma fazenda; ela vende seus produtos na feira do produtor, que se realiza todos os sábados na praça central da cidade. Nessas pequenas propriedades, desenvolvem-se atividades diversas, à semelhança do que se verifica em outras regiões do estado, com produção de olerícolas, frutas, aves, porcos, gado bovino de corte e de leite, derivados do leite, doces de frutas, conservas de legumes, apicultura, entre outras.

No meio rural de Quaraí e da região, é marcante também, de acordo com os estagiários, o crescimento da fruticultura e, especialmente, da vitivinicultura. Todas as UPAs têm em comum a criação de gado de corte. Para as famílias que detêm pouca terra, este é um recurso que muitas vezes serve como poupança, que pode ser vendido ou trocado quando se necessita de dinheiro para fazer investimentos, ou em casos de urgência pessoal ou econômica. Além disso, é um recurso que serve para o abastecimento das próprias famílias.

Um aspecto relevante observado no meio rural dos polos de Arroio dos Ratos e de Quaraí é a existência de propriedades cujos donos não residem nos estabelecimentos, mas exercem normalmente outras atividades na cidade. No tocante principalmente às propriedades com grandes áreas de terra, são tradicionais as figuras do caseiro e do capataz, atores sociais indispensáveis nas lides campeiras. Nesses casos, as UPAs se caracterizam por serem patronais. Em contraponto, foi destacada pelo menos uma situação, a de uma cabanha, em que se adotou um regime empresarial no que concerne à administração e ao regime trabalhista.

As mudanças no meio rural costumeiramente abordadas nos debates, que constituem motivos de incerteza quanto ao futuro das pessoas no campo e foram enfatizadas pelos estagiários, dizem respeito à juventude e à velhice, ao êxodo rural, à dificuldade para se conseguir mão de obra, à alta dos custos de insumos e à baixa nos preços de venda dos produtos nessa região.

A mudança da paisagem rural na região de Arroio dos Ratos

Os dados apresentados a seguir são colhidos do relatório apresentado por Jamir Fortunato Dalenogare, que realizou seu estágio na Fazenda Gravatá, situada em Arroio dos Ratos.

O município de Arroio dos Ratos localiza-se na região geomorfológica da Depressão Central, próximo à Planície Costeira e ao Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense. Quanto à atividade histórico-econômica, o município situa-se na região carbonífera, ao passo que, hidrologicamente, faz parte da bacia do rio Jacuí, onde ocorrem matas de galeria e campos.

Em seu relatório, o estagiário dá conta das mudanças da paisagem rural e do debate que se estabelece em torno dos temas da alternativa de renda, do planejamento da UPA e da preocupação quanto à preservação ambiental, em decorrência do desenvolvimento rural promovido pela silvicultura na região de Arroio dos Ratos:

O desenvolvimento acelerado e incessante decorrente do cultivo de acácia-negra e eucalipto na região carbonífera é um fato polêmico que gera preocupação, discussão e questionamentos. Os cultivos dessas monoculturas exóticas são praticados desde as pequenas propriedades até os grandes latifúndios e, cada vez mais, tomam o espaço de atividades tradicionais da região, como a pecuária e os cultivos agrícolas anuais.

A agricultura e a pecuária têm sido tradicionalmente atividades econômicas relevantes na região, com destaque para as culturas da melancia, do fumo e do arroz irrigado. Porém, como se assinala no relatório de estágio, a melancia vem perdendo terreno a partir de meados de 1990.

Aconteceu então que os cultivos com acácia-negra e eucalipto passaram a ocupar uma grande parcela das terras em que era cultivada a melancia; e os produtores estão sendo forçados a migrar para outras regiões em busca de terras para o cultivo, o que deixa um grande número de trabalhadores que se ocupavam dessa atividade sem seus postos de trabalho.

A produção pecuária também decresceu, mas não na mesma proporção que a melancia, uma vez que se optou por introduzir o sistema de produção silvipastoril para associar a produção de árvores ao pastejo do gado. A pecuária, por si só, não está mais sendo economicamente viável para os pequenos produtores:

A pecuária de corte está sendo transferida cada vez mais para a mão dos grandes fazendeiros, que, devido à baixa rentabilidade da ativida-

de, ganham pela economia de escala e de escopo. Além da baixa rentabilidade, a pecuária está se tornando inviável para os pequenos produtores devido ao fechamento dos pequenos abatedouros que absorviam a produção local e à dificuldade que eles têm de colocar nos grandes frigoríficos sua produção, sem a quantidade e a qualidade devidas.

O começo da implantação da silvicultura na região coincide com a baixa rentabilidade da agricultura e da pecuária e com a demanda por madeira e celulose para exportação, que passou a oferecer altos rendimentos aos produtores:

[...] não havia dificuldade para os setores de fomento das empresas exportadoras convencerem o proprietário rural a destinar uma parcela de sua propriedade para o cultivo de acácia-negra ou eucalipto. Na ocasião da colheita de sua plantação, considerando o alto lucro auferido pela silvicultura, o agricultor replantava a área colhida de sua plantação, mas destinava mais uma parcela para o cultivo de árvores, chegando muitas vezes a reservar toda a propriedade para esse cultivo.

O baixo custo de implantação da silvicultura – somente a muda e a mão de obra para o plantio –, aliado à alta rentabilidade da atividade, motivou investimentos inclusive por pessoas e setores da economia estranhos ao meio rural, o que provocou um comércio de projetos (áreas) de silvicultura.

Sendo assim, a mudança do sistema agrícola acaba por resultar em uma formação florestal extremamente alterada, onde as espécies exóticas cultivadas para fins comerciais ocupam grandes extensões destinadas a grandes projetos de silvicultura de empresas do ramo e a um grande número de produtores autônomos que, cada vez mais, aderem a esse cultivo.

Essa mudança radical foi praticada sem a observância da legislação ambiental vigente, vindo a comprometer as Áreas de Preservação Permanente (APPs), desde as margens dos arroios e córregos até as encostas e topos de morros.

Assim como outras *commodities* que dependem do comércio internacional, essa atividade entrou em crise a partir de 2008. Os preços caíram, a demanda reduziu-se à metade e existe um grande excedente de cultivos de acácia-negra e de eucalipto prontos para serem comercializados, de acordo com o testemunho de Jamir Fortunato Dalenogare:

O setor de silvicultura para celulose, que também sofreu grandes impactos com a crise mundial, trouxe à nossa região graves consequências sociais, deixando numerosos trabalhadores desempregados; mas foi, por outro lado, a redenção de muitos, que eram contrários à instalação de novas fábricas de celulose no estado e à ampliação da Aracruz S/A, localizada em Guaíba. Por enquanto, os projetos foram adiados, e isso certamente acarretará perdas econômicas e sociais, mas o meio ambiente agradece, e ganhamos um tempo extra para encontrar alternativas de desenvolvimento rural sem comprometer as gerações futuras.

Finalmente, o estagiário conclui que a rentabilidade foi uma das principais causas dessa mudança da paisagem agrária; porém, com base em dados relativos à unidade familiar observada, ele chama a atenção para outros aspectos importantes para a tomada de decisão, relacionados à idade do proprietário, à disponibilidade de mão de obra, à inserção regional no mercado, ao relacionamento externo (relações sociotécnicas fora da propriedade), a aspectos culturais e ao bem-estar da família:

As decisões raramente são tomadas pelo gestor sem que ele busque antes conhecer a opinião de familiares, de amigos e de quem já viveu a experiência. Todos esses cuidados antes de decidir fazem parte da cautela nata do agricultor, que não pode tomar decisão errada, pois já o percurso entre o plantar e o colher está sujeito a riscos e a incertezas, demasiado grandes principalmente para aqueles que se aventuram a agricultar com recursos ínfimos.

Além disso, o estagiário destaca em seu relatório que a unidade de produção agrícola familiar não é apenas um lugar de produção, mas também de “reprodução e perpetuação de hábitos e costumes, formando uma célula social coesa, que busca objetivos comuns”. E completa:

Essas observações feitas durante o estágio são fundamentais para perceber que, muitas vezes, aquilo que é praticado e a forma como é praticado na propriedade nem sempre correspondem à vontade do produtor, mas são fruto de uma conjuntura socioeconômica imposta por políticas públicas equivocadas do passado, que ainda balizam as tomadas de decisões no campo, seja por imposição do sistema econômico que financia o agricultor, seja por falta de orientação técnica ou da técnica adequada, seja até devido aos hábitos e costumes da população, que levam muitas vezes o agricultor a fazer caprichosamente certo a coisa errada.

A diversidade da agricultura familiar e a vitivinicultura na Campanha Gaúcha

A exposição que segue é baseada no relatório de estágio apresentado por Janaina Bitencourt Holosbach e Gari Bibiano da Rosa Crixel, que cumpriram seu estágio na unidade da família Souza, situada no polo de Quaraí.

O município de Quaraí localiza-se na Campanha Gaúcha e é fronteiro com a cidade uruguaia de Artigas. Sua região geomorfológica é a do Planalto, chamando a atenção o proeminente cerro do Jarau. A vegetação predominante é a de campos, ocorrendo matas de galeria junto aos arroios e rios da região. É notável a existência de butiazais.

Com seu relatório, os estagiários contribuíram para revelar que existem em Quaraí agricultores familiares que chegam a possuir quatro hectares de terra; além disso, apontaram para a alternativa da vitivinicultura, que cresce em toda a região da Campanha.

Os estagiários acompanharam uma família que cultiva uva e pêssego, cuja produção é encaminhada integralmente ao mercado local e regional, e que cria gado

bovino e ovino manejando pastagens naturais, cujos produtos são destinados ao autoconsumo e à comercialização.

A família Souza tem uma história de mudanças em relação aos sistemas de cultivo. Na década de 1980, plantava arroz em terras próprias e arrendadas, utilizando-se do trabalho manual e de tração animal. Como os riscos da lavoura eram grandes, passou, na década de 1990, a plantar “chácaras”, com destaque para melancia, melão, abóbora, feijão e milho, que eram comercializados em feiras na cidade. A partir do ano 2000, suspendeu as atividades com as “chácaras”, passando a cultivar tomate em estufas, porém por poucos anos. Em 2003, implantou o cultivo de pêssegos e, no ano de 2005, a vitivinicultura. Paralelamente, manteve sempre a criação de gado.

A mola propulsora dessa família é a busca de autonomia, intensificada à medida que ela adquire experiência. Hoje em dia, nas negociações de seus produtos, evita os atravessadores. Existem, porém, limites, a respeito dos quais a família está em processo de amadurecimento e de reflexão, pois compreendeu que depende da aquisição de insumos, os quais variam de preços, que depende de financiamentos de bancos, para cujo pagamento deve destinar a metade do lucro da produção, e que depende de assistência técnica adequada tanto para as atividades particulares quanto para a formação de grupos ou associações.

Quanto à vinícola, a comercialização da uva não é totalmente satisfatória, pois o pagamento só é recebido após um prazo de vários meses, como relatam os estagiários:

[Seu Nivaldo] encerrou o diálogo dizendo que fica na expectativa de quanto irá receber pela produção, pois não é ele quem decide, nem põe preço. Sobre o preço por quilo, seu Nivaldo explica que é utilizada uma metodologia muito complexa para defini-lo, que não sabe explicar, o que sabe é que vai ficar sabendo do preço somente entre os meses de junho e de julho, quando recebe uma parte do dinheiro, a outra parte é recebida em dezembro, ou seja, a entrega da uva é realizada em fevereiro, e seu Nivaldo recebe o pagamento final somente em dezembro.

À semelhança do que foi destacado acima em relação a Arroio dos Ratos, os estagiários, ao se referirem à família de Quaraí, chamam a atenção para a racionalidade dos agricultores, que primam por sua segurança financeira no sentido de minimizar os riscos das atividades. Enfatizam a importância da agricultura familiar para a diminuição do êxodo, para a geração de riqueza e para a conservação do meio ambiente. E sintetizam assim a situação:

Embora enfrentassem adversidades, como escassez de capital, dificuldades no financiamento, pouquíssimos recursos tecnológicos e deficiência da assistência técnica, isso não foi suficiente para que a agricultura dessa família perdesse sua força nos últimos anos.

Todavia, o processo de modernização da agricultura e as políticas públicas existentes estão mais orientados para o favorecimento da produção patronal, o que acar-

reta uma série de limites e de imposições aos agricultores familiares, fragilizados por apresentarem grande diversidade e divididos por definirem prioridades diferentes de um produtor para outro. Assim sendo, impõe-se que os agricultores familiares desenvolvam estratégias para enfrentar suas dificuldades e adaptar-se aos diversos ambientes e às condições, na maioria das vezes hostis, de mercado, de políticas, de preços e de acesso a recursos.

Registramos nosso especial agradecimento à coordenadora Ana Ramos de Lima e à tutora presencial Vanessa Silva Romera, do polo de Arroio dos Ratos, e à coordenadora Sandra Máxima Santos dos Santos e às tutoras presenciais Débora Regina Gonçalves Zacarias e Zulma Deusi Correa de Correa, do polo de Quaraí.

4.6 EXPERIÊNCIAS EM DESENVOLVIMENTO RURAL: RELATOS DE ESTÁGIOS NOS MUNICÍPIOS DE ITAQUI E DE TRÊS PASSOS

*Raquel Lunardi³¹, Ana Cristina Silveira Ozório³²,
Ana Luisa Rodrigues Meus Kulman³³, Evandro Luis Meus Dalcin³⁴,
Marita Claudete Minetto³⁵, Diomar Lino Formenton³⁶*

Trabalhar com curso de graduação na modalidade de educação a distância é sempre instigante. Se a disciplina é de estágio supervisionado, as descobertas são ainda mais estimulantes. Quando me candidatei à tutoria da disciplina Estágio Supervisionado I, do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, pensei: como será realizar um estágio em educação a distância? Esse questionamento também pairou sobre o pensamento dos professores e dos alunos do Curso. Como iremos proceder? Como os alunos vão cumprir esse estágio? Não encontrando respostas a essas questões, restava depositar muita confiança nos alunos. E foi isso que aconteceu. A disciplina constituiu-se em uma troca de experiências, onde o maior aprendizado se deu em relação à confiança. Confiança nos

31 Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Franciscano de Santa Maria; graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria; mestre em extensão rural pela UFSM; doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo PGDR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja; Tutora a distância do PLAGEDER/UFRGS.

32 Aluna do polo de Itaqui do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

33 Aluna do polo de Itaqui do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

34 Aluno do polo de Itaqui do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

35 Aluna do polo de Três Passos do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

36 Aluno do polo de Três Passos do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

alunos, nos proprietários, nos orientadores de campo, nos tutores, nos professores, na Comissão de estágio, pois tudo constituía novidade e aprendizado para todos nós.

O melhor desse aprendizado foi perceber nas apresentações dos resultados, por ocasião dos seminários, a satisfação dos alunos com a experiência prática do Curso (“Até que enfim!”). A partir desta disciplina, os alunos compreenderam os objetivos do Curso como um todo. Viver a realidade agrícola local e regional, que não era a realidade vivida por todos, fez com que os alunos compreendessem aspectos importantes de sua formação como gestores do desenvolvimento rural. O que era para ser unicamente descritivo também propiciou aos alunos fazerem reflexões, graças à utilização de conhecimentos adquiridos em outras disciplinas para a apreensão de tais realidades, como registrado pelos estagiários Ana Cristina Silveira Ozório, Ana Luisa Rodrigues Meus Kulman e Evandro Luis Meus Dalcin:

As visitas de estágio foram momentos de troca e convívio, onde foi possível conhecer a realidade e as estratégias de administração e de comercialização empregadas para enfrentar os desafios do cotidiano de uma unidade de produção agrícola, através do acompanhamento de diversas atividades e da convivência com funcionários e gerentes, tanto da pecuária quanto da agricultura dessa UPA. Foram momentos de contextualização e compreensão dos diversos elementos integrantes dessa realidade, que resultaram em visitas agradáveis, com grande troca de saberes e experiências técnicas, proporcionando debates, reflexões, questionamentos e análises para quem se dispõe a ser um futuro gestor rural.

Nos municípios em que foram cumpridos os estágios, os alunos encontraram situações distintas: em Três Passos, a maioria dos relatos dão conta de experiências realizadas em unidades de produção familiar, e em Itaqui, ao contrário, de experiências realizadas em grandes propriedades, o que ensinou, assim, sobretudo a tutores e professores, conhecer olhares diferenciados dos alunos sobre realidades socioculturais, econômicas e ambientais. A exposição que segue é baseada nos relatórios dos estudantes que viveram seus estágios nos polos de Três Passos e de Itaqui.

No polo de Três Passos, foram estudadas propriedades com maior número de atividades agrícolas, ou seja, com atividades mais diversificadas em comparação a Itaqui. A atividade produtiva principal da maioria das propriedades é a bovinocultura de leite, seguida pela suinicultura, pela cultura de grãos e, em menor escala, pela olericultura. A justificativa para maior ou menor ênfase nessas atividades encontra-se na política pública de incentivo à produção de leite, na queda da produtividade dos grãos e na extensão de terra disponível para o cultivo.

A diversificação produtiva nas propriedades foi um fator que chamou a atenção do grupo: apenas uma UPA não possui cultivo de produtos para autoconsumo, devendo buscá-los no mercado local ou junto a vizinhos. Além disso, muitas propriedades são pluriativas, com inúmeras atividades não-agrícolas e outras fontes de renda, tais como prestação de serviços, comercialização de produtos artesanais,

arrendamento de terra, aposentadorias, proventos de funcionários públicos, como é o caso da propriedade aqui estudada.

Um problema permanente, e que foi mencionado com relação à maioria das propriedades, diz respeito às questões ambientais. Aproximadamente a metade das propriedades possui Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL). No entanto, o número de propriedades que não têm nenhum ou que têm apenas um desses tipos de reserva é bastante elevado. A justificativa está no fato de disporem de pouca terra, o que torna inviável respeitar a legislação. Da mesma forma, a população demonstra desconhecer o problema da preservação de áreas de banhado. Outro fator importante diz respeito ao destino dos dejetos, sobretudo os bovinos, pois, quanto aos suínos, as propriedades, por estarem consorciadas com a empresa Sadia, têm de cumprir normas predefinidas. Os dejetos são lançados nos cursos d'água, prejudicando a fonte de abastecimento para o consumo de numerosas famílias. No que concerne ao lixo seco, verificou-se que não existe coleta de lixo no meio rural estudado, e isso dificulta seu manejo adequado.

Quanto à comercialização, os agricultores da bovinocultura de leite, em sua maioria, entregam o produto às cooperativas e a empresas de laticínios. Outros optam pela entrega a domicílio. Os suinocultores empreendem a produção consorciada com a Sadia. Já os produtos da olerícolas são entregues a mercados locais, a atacadistas, a feiras e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Numerosos agricultores dependem dos subsídios financeiros do governo. Utilizando o crédito oriundo do PRONAF, parte deles consegue cumprir com o pagamento da dívida, ao contrário da outra parte, que deixa a dívida transformar-se em “bola de neve”. Os produtores veem nesse problema, somado às questões ambientais, às imposições da legislação e à falta de mão de obra, os principais limitantes da atividade agrícola nas UPAs estudadas. A UPA objeto deste relato apresenta uma realidade diferenciada da das demais UPAs observadas, uma vez que os agricultores, além de manifestarem preocupação com as questões acima mencionadas, procuram diversificar a propriedade com o intuito de dinamizar a renda e de torná-la ambientalmente e economicamente sustentável.

Realidade um pouco diferente encontraram os estagiários do polo de Itaquí. Apenas uma das UPAs estudadas é de agricultores familiares. As demais apresentam perfis semelhantes entre si, tendo como principais atividades produtivas o cultivo do arroz e a criação de gado de corte.

Quanto às questões ambientais, a maioria das propriedades cumpre a legislação vigente e procura, sempre que possível, usar de recursos próprios em ações de preservação, tais como coleta seletiva de lixo, destino de resíduos sólidos, tratamento de água e esgoto, etc. É o oposto do que se dá nas propriedades do município de Três Passos, onde se verifica falta, não de interesse, mas, sim, de recursos para investir em ações de preservação e de conservação do meio ambiente.

Quanto à comercialização, os estagiários não apontaram problemas nas propriedades de Itaqui. Todas elas têm destino certo tanto para o arroz quanto para o gado, o qual em muitas propriedades fornece matrizes e é referência de qualidade em todo o estado do Rio Grande do Sul.

Esboçamos até aqui as características gerais de ambos os municípios em questão. Os relatos nos permitem concluir quão diversificada é a agricultura riograndense e que distância separa os dois “mundos” aqui estudados. Exemplificaremos, a seguir, esta exposição com a apresentação de dois casos previamente selecionados, que se referem, respectivamente, à Unidade de Produção Agrícola Família Uruguai e à Unidade de Produção Agrícola Grupo Itaqui. A primeira é uma UPA de agricultores familiares que trabalham na produção agrícola e não-agrícola e asseguram com o trabalho da família o sustento da casa. Já a UPA Grupo Itaqui foi escolhida por sua característica socioeconômica e por sua importância no cenário estadual e nacional na pecuária, com elevado padrão genético. Ambos os casos demonstram preocupação com aspectos como renda, trabalho, condições ambientais e sociais. Por isso, acreditamos que os relatos dos alunos, ao trazerem essas experiências, são exemplares em termos de gestão e de desenvolvimento rural.

Da monocultura à diversificação da produção – o caso da Família Uruguai

A UPA escolhida para a realização do estudo é uma pequena propriedade (16 ha) localizada no meio rural de Santo Ângelo, que tem em sua trajetória a história da monocultura. Para poder enfrentar as dificuldades que se apresentavam, foi necessário tomar a decisão de evoluir da monocultura da soja para uma produção diversificada.

O crescimento do setor leiteiro no município de Santo Ângelo foi expressivo; conta, atualmente, com uma produção média mensal de 35 mil litros. Esse crescimento ocorreu graças à melhoria dos canais de comercialização, ao estímulo da atividade com a geração de renda, ao aumento do número de cabeças bem como à melhoria genética do rebanho. A família Uruguai introduziu a bovinocultura de leite em 1993, mas já se encontra radicada na propriedade desde 1930. No ano de 2000, ela intensificou essa atividade, adotando o uso de inseminação artificial, através da qual obteve a melhoria genética do plantel. A ordenha passou a ser mecanizada. Atualmente, a família possui um plantel de 40 animais, constituindo-se a atividade leiteira na principal fonte de renda da propriedade. Visando à complementação de renda, procede semanalmente à comercialização de produtos transformados, como pães, bolachas e massas, e à entrega de produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além da produção leiteira, a família ainda cultiva soja, milho, sorgo e outros produtos para a subsistência familiar.

Os cuidados com a questão ambiental concentram-se na preservação das áreas de mata nativa e das margens do rio que circunda a propriedade, permanecendo a mata nativa intacta já há mais de 30 anos. Existe uma plantação de eucalipto para suprir as necessidades energéticas da propriedade. A família preocupa-se com o uso

de agrotóxicos, o que a levou a realizar uma tentativa de exploração racional nas atividades agropecuárias. Há cuidado com o lixo seletivo, sendo o lixo seco recolhido uma vez por mês pela municipalidade.

As relações sociais da família estão totalmente integradas à comunidade local, onde todos os seus membros participam de eventos comunitários, culturais e de lazer. A troca de experiências com a comunidade urbana é intensificada mediante a comercialização de quitanda no centro urbano, o que garante o contato semanal da produtora com outras pessoas. Essa inter-relação foi muito valorizada em termos de aprendizagem.

A divisão de tarefas é outro fator que foi especialmente observado pelos estagiários. As mulheres são responsáveis pelas atividades domésticas e pela transformação dos produtos a serem revendidos na localidade, na cidade e ao PAA. Entre esses produtos, encontram-se pães, bolachas, doces e massas.

A família é tida como uma referência em inovações tecnológicas e na implantação de atividades de experimentação; e, nesse sentido, exerce liderança na comunidade em que está inserida. Como inovações na propriedade, podem-se citar a inseminação artificial com sêmen sexado e a utilização do sistema de pastoreio rotativo. Sempre atenta a novidades tecnológicas, a família frequenta cursos profissionalizantes e é aberta a novos mercados. Caracterizada como produtora agrícola familiar, detém uma situação socioeconômica estável, com boas condições de qualidade de vida, e afirma a importância que a propriedade tem para ela. Uma de suas conquistas consistiu na construção de uma nova moradia, demonstração de que deseja permanecer, crescer e desenvolver-se na localidade em que se encontra estabelecida.

A excelência do agronegócio – o caso do Grupo Itaqui

O interesse dos alunos em estagiar em uma unidade de produção do Grupo Itaqui deve-se ao fato de ele constituir uma referência no estado do Rio Grande do Sul em pecuária e produção de arroz, e de estar sempre presente em pesquisas acadêmicas, incentivando o aprendizado.

A monocultura do arroz é uma das atividades agrícolas de maior destaque no município de Itaqui. O alto nível de participação do Grupo Itaqui na renda do município evidencia a grande importância econômica e social dessa cultura. Inserido nesse contexto, o Grupo Itaqui proporciona não somente um crescimento econômico, mas um crescimento sustentável preocupado em beneficiar a população local e, simultaneamente, em promover um desenvolvimento com bases ambientais, incorporando uma série de aspectos sociais, tais como emprego, necessidades básicas, saúde, educação, equidade, entre outros.

No que concerne à pecuária, o Grupo Itaquí investe na criação de Braford³⁷, Nelore³⁸, Ovelha Crioula³⁹ e Percherão⁴⁰, sendo considerado um dos melhores criadouros do país.

A empresa tem como missão, dentro do contexto do agronegócio, oferecer produtos que venham a satisfazer sua clientela e que sejam pautados pela ética, pela qualidade e por um profundo respeito tanto ao ser humano quanto ao meio ambiente. Destaca-se pela responsabilidade, pelo amor e pelo respeito ao próximo, bem como à natureza; estimula a lealdade e a transparência frente a seus colaboradores e familiares; visa ao bem-estar coletivo, de modo que o lucro auferido não implica nenhuma parcela de culpa; cria um ambiente de alegria e de felicidade; demonstra firmeza de caráter em todas as suas atitudes.

Como o grupo possui várias UPAs, existe uma divisão de responsabilidades distribuídas entre os responsáveis por cada setor de produção, o gerente administrativo e comercial, o gerente da pecuária e o da agricultura. Em cada unidade de produção, há um responsável pela pecuária e outro pela agricultura.

A UPA Uruguai foi adquirida na década de 1970 pelo atual proprietário. Ele procurava perto da cidade um local que lhe propiciasse expor melhor seus animais, lhe facilitasse o comércio e constituísse ao mesmo tempo um ponto de encontro para reuniões e visitas de futuros compradores. O proprietário conta com o apoio de suas duas filhas, que, juntamente com a esposa, o ajudam a administrar seus negócios.

Nesta UPA, as atividades dividem-se entre pecuária e agricultura; esta última dedica-se ao cultivo do arroz em 70 ha e ao cultivo de pastagens, utilizadas para a alimentação dos bovinos. Seu quadro de colaboradores conta com um responsável, além de outros cinco funcionários (entre os quais um guarda, que trabalha somente à noite), todos com mais de cinco anos de empresa, demonstrando comprometimento com as metas gerais do grupo e com as atividades desenvolvidas na agricultura. O responsável pela UPA-lavoura já trabalha na empresa há 31 anos.

Um dos objetivos do Grupo Itaquí é produzir com tecnologias mais limpas, em solos saudáveis e com métodos que preservem o ecossistema. Esse objetivo já foi adotado e concretizado no cultivo orizícola de uma parte da propriedade, pois o arroz Doray

37 A raça Braford surgiu oficialmente na Flórida (EUA), na década de 1960. Já no Brasil, em 1967, o criador Rubem Silveira Vasconcellos, de Rosário do Sul/RS, iniciou a importação de zebuínos americanos, da Raça Brahma, visando especificamente a cruzá-los com bovinos Hereford, a fim de criar uma nova raça bimestiça.

38 Nelore é o nome de uma raça zebuína originária de Nellore, na Índia, trazida ao Brasil no século XIX, sendo desde então a raça mais importante no país.

39 A Ovelha Crioula tem como características a cara e as extremidades descobertas e pelo formado por mechas de aspecto cônico, de coloração variando do branco ao preto, incluindo tons intermediários.

40 O Percherão é uma raça de cavalos que se originou no Perche, região do norte da França. Apresentam geralmente pelagem cinza ou preta. Foram originalmente criados para uso como cavalos de guerra, mas, com o tempo, começaram a ser usados para puxar carruagens e, mais tarde, para trabalhos na agricultura e no transporte pesado de mercadorias.

e Basic, produzidos pela Agroindústria Itaqui, são alimentos totalmente naturais, que, conforme foi mencionado acima, apresentam certificados de produção que prioriza a preservação do meio ambiente. Embora o Grupo Itaqui manifeste preocupação com o ambiente e a sustentabilidade, foi possível detectar uma dificuldade de adequação às leis ambientais, porquanto a mata ciliar ao longo do arroio Cambaí não está cercada, embora este seja um manancial importante do ecossistema da região, como tampouco existem as chamadas APPs e nem mesmo está demarcada a área de reserva legal.

A administração da UPA visa a garantir a qualidade dos produtos para atingir um mercado diferenciado e especializado. Para tanto, o administrador teve que tomar algumas decisões com base em uma mudança comportamental. Assim, foi de fundamental importância racionalizar os bens de produção para continuar num mercado cada vez mais competitivo mediante uma utilização ótima dos fatores de produção, a saber, terra, capital e mão de obra, indissociáveis para quem busca um bom aproveitamento. A competitividade dessa UPA está em desenvolver produtos diferenciados, no caso, touros, que são comercializados a partir dos dois anos em feiras, em leilões e na própria UPA, com alto padrão genético e amplo conhecimento do objeto do próprio negócio, bem como das variáveis que podem afetá-lo no presente e no futuro.

As fazendas do Grupo Itaqui são como indústrias e exploram a terra com eficiência, sendo a profissionalização uma das principais formas de se manterem no mercado, pois é através da profissionalização que se torna possível ter um controle total sobre a propriedade.

Considerações finais

Os alunos comprovaram um grande envolvimento com as questões trabalhadas nas disciplinas do Curso e com o próprio estágio, demonstrando maturidade e consciência crítica, observando cada detalhe, enriquecendo assim suas análises, que não se restringiram a meras descrições. No momento dos debates, foram taxativos em suas convicções e souberam apresentar, com pontos de vista diversificados, a realidade apreendida nas diferentes disciplinas trabalhadas até então. O relato dos estagiários Ana Cristina Silveira Ozório, Ana Luisa Meus Kulman e Evandro Luis Meus Dalcin ressalta assim a importância dessa fase no aprendizado dos alunos:

A experiência de relacionar teoria e prática no estágio curricular é de vital importância para o desenvolvimento de aptidões e aprendizagens, pois, no cotidiano da UPA, é possível verificar situações improváveis de serem simuladas teoricamente; nesse sentido, o estágio apresenta-se como uma forma altamente dinamizadora e produtora de conhecimento, capaz de estimular novas aprendizagens, que se tornaram efetivas para os alunos em processo de estágio.

Os relatos aqui apresentados e outros tantos que não puderam ser contemplados neste espaço demonstram que foi atingido o principal objetivo do estágio, qual

seja o de “oportunizar aos estudantes a vivência junto a agricultores de sua região, permitindo que possam relacionar essa experiência aos conteúdos das disciplinas do curso, bem como auxiliar na problematização da realidade regional da agricultura na perspectiva do Desenvolvimento Rural, permitindo o reconhecimento da estrutura, da organização e das especificidades das unidades de produção agrícola escolhidas como local de estágio”. Alcançar esse objetivo, além de concorrer significativamente para o processo de aprendizagem dos alunos, contribuiu também para enriquecer o grupo de professores e de tutores do Curso.

ANEXO 1

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do *caput* do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II

DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do *caput* do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do *caput* do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III

DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível

superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo

menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não-obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte conce-

dente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do *caput* deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.”

(NR)

Art. 20. O art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.



**TERMO DE COMPROMISSO
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO**

TERMO DE COMPROMISSO para a realização de estágio curricular, de caráter obrigatório, que entre si firmam:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

SAE – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Av. Paulo Gama, 110 – Anexo I da Reitoria – Prédio 12105

CEP: 90040-060 – Porto Alegre – RS.

CGC/MF nº 92.969.856/0001-98

PARTE CONCEDENTE – (UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA)

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____

ESTADO: _____

CNPJ: _____

[**ou** Cadastro de Produtor Primário (PPR) **ou** CPF DO PROPRIETÁRIO/ARRENDATÁRIO OU RESPONSÁVEL PELA UPA **ou** Registro Geral da Pesca (RGP)]

ESTUDANTE

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____

ESTADO: _____

CURSO: _____ n° cartão _____

SEMESTRE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___ CPF: ___ ___ ___/___

(a) Período de duração do estágio: _____ a ser cumprido de ___/___/___ a ___/___/___

(b) Carga horária semanal: _____ horas

- (c) Seguro de Acidentes Pessoais em favor do estagiário despesa a cargo: **UFRGS Apólice nº 000/82/000200040 – Empresa Seguradora Mapfre Vida**
- (d) Supervisão da UFRGS (Nome do Professor): _____
- (e) Orientação da Parte Concedente (Preencher com os dados do orientador de campo):
Nome: _____
Graduação em (curso): _____
Reg. nº _____ Órgão: _____
- (f) Plano de atividades (no verso ou em anexo)
- (g) O presente estágio curricular não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, de acordo com o Art. 12, § 1º da Lei nº 11.788.

A PARTE CONCEDENTE acima identificada oferece ao ESTUDANTE suprarreferido a oportunidade de realizar estágio, em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e mediante cumprimento das condições abaixo, com as quais todas as partes concordam, inclusive a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Cláusula primeira – O estágio deverá estar adequado à proposta pedagógica do curso, à etapa e à modalidade de formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar.

Cláusula segunda – São obrigações da Instituição de Ensino:

- ▶ Celebrar termo de compromisso com o educando e com a concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso e as diretrizes internas desta Universidade para concessão de estágios;
- ▶ Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- ▶ Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- ▶ Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- ▶ Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- ▶ Contratar, em favor do estagiário, durante o período de estágio, seguro de acidentes pessoais.

Cláusula terceira – São obrigações da Parte Concedente do estágio:

- ▶ Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

- ▶ Indicar profissional com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar o acadêmico durante realização do estágio;

Cláusula quarta – As atividades de estágio serão desenvolvidas no horário definido no presente Termo de Compromisso, o qual é compatível com as atividades escolares e observa os limites legais.

Cláusula quinta – A carga horária do estágio deverá ser reduzida pela metade nos períodos de avaliações escolares ou acadêmicas, os quais deverão ser previamente comunicados pelo estagiário à Parte Concedente.

Cláusula sexta – O presente Termo de Compromisso de Estágio terá a duração de 5 (cinco) meses, podendo ser renovado por no máximo 1 (um) mês, caso o aluno não cumprir a carga horária prevista pela disciplina.

Parágrafo único – Em caso de renovação do período de estágio, a Parte Concedente assumirá o pagamento do seguro de acidentes pessoais.

Cláusula sétima – Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança do trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente.

Cláusula oitava – Constituem motivos para a interrupção automática da vigência do presente Termo de Compromisso:

- ▶ Conclusão, abandono do curso, cancelamento de matrícula, ou não comprovação de matrícula no final do semestre;
- ▶ Não cumprimento do conveniado neste Termo de Compromisso;
- ▶ Desatendimento das disposições da Lei nº 11.788 ou das regras da UFRGS.

Cláusula nona – É assegurado ao estagiário, caso o presente termo de compromisso vigore pelo prazo estipulado de 1 (um) ano, dentro deste período, recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

Parágrafo primeiro – Os dias de recesso previstos nesta cláusula serão concedidos de maneira proporcional, caso o estágio seja inferior ao período de 1 (um) ano.

Parágrafo segundo – A pedido do estagiário e com a concordância da entidade concedente, o período de recesso poderá ser fracionado.

Cláusula décima – O presente Termo de Compromisso de Estágio poderá ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação escrita, ou prorrogado através de aditivo, até o limite temporal ao qual se refere a cláusula sexta.

Cláusula décima primeira – Na vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio, o estagiário estará incluído na cobertura do seguro apólice acima especificado, contra acidentes pessoais (morte acidental ou invalidez permanente), observado, se for o caso, o parágrafo único da cláusula sexta.

Cláusula décima segunda – Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Compromisso.

Porto Alegre, _____
(PREENCHER COM A DATA)

Universidade
(RESPONSABILIDADE COMGRAD –
PLAGEDER)

Parte Concedente
(PROPRIETÁRIO, ARRENDATÁRIO OU OUTRO
RESPONSÁVEL PELA UPA)

Professor Orientador / UFRGS
(RESPONSABILIDADE COMGRAD –
PLAGEDER – PROFESSOR UFRGS
DA COMISSÃO DE ESTÁGIO)

Estagiário
(ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO – PLAGEDER)

Autorização da Comissão
de Graduação do Curso:
(RESPONSABILIDADE COMGRAD –
PLAGEDER)

Supervisor na Concedente
(ORIENTADOR DE CAMPO)

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – DERAD 018**

Of. N° ____ / 09

_____, ____ de _____ de _____.

Prezado (a) Senhor (a),

O Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem como atividade curricular obrigatória o Estágio Supervisionado I, visando à complementação do ensino teórico/prático.

Este Estágio, que é coberto por seguro pela UFRGS (**Apólice n° 000/82/000200040 Empresa Seguradora Mapfre Vida**), válida apenas para o Brasil, será realizado num período de 150 horas (25 horas de preparação, 100 horas no Campo de Estágio e 25 horas para a redação do Relatório), sendo que o aluno terá um Orientador de Campo, com curso superior em área afim e com o assessoramento do Coordenador do Polo e do Tutor a Distância.

O (A) Acadêmico (a) _____, Cartão de Identificação n° _____, gostaria de realizar estágio nesta propriedade, no período previsto de _____ a _____.

Atenciosamente,

Coordenador (a) do Polo

Contato:

Data: __/__/__

De acordo – Responsável pelo local de estágio



ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – DERAD 018
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS
TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Nome: _____

RG / CPF: _____

Este **Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido** explica o Estágio para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar da disciplina **DERAD 018 – Estágio Supervisionado I – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo oportunizar aos estudantes a vivência junto a agricultores de sua região, permitindo que possam relacionar essa experiência aos conteúdos das disciplinas do curso, bem como auxiliar na problematização da realidade regional da agricultura na perspectiva do Desenvolvimento Rural, permitindo o reconhecimento da estrutura, da organização e das especificidades das unidades de produção agrícola escolhidas como local de estágio.

A minha participação consiste no aceite e posterior recepção dos alunos para a realização da vivência orientada de 100 h de estágio, bem como o preenchimento de alguns documentos, pois a disciplina requer procedimentos administrativos antes da realização da atividade de vivência do estágio.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Estágio serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este estágio resultará em um **Relatório Final de Estágio** redigido pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e a da propriedade para a publicação no Relatório.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do estágio, estando de acordo.

Assinatura: _____

_____, ____/____/_____
(Cidade local), (Data)



ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – DERAD 018

Polo: _____ Data: _____

FICHA DE AVALIAÇÃO PELO TUTOR A DISTÂNCIA

Nome do aluno			
Realizou o estágio:			
Individualmente	(_____)		
Em dupla	(_____)	Nome:	
Em trio	(_____)	Nome:	Nome:
Apresentação do Relatório		Horário de início:	Horário final:

(a) **Atitude e desempenho durante o estágio** (com peso de **30% do conceito final**):
Conforme o plano de ensino, o relatório e a apresentação serão avaliados, considerando **conteúdo, qualidade e organização**.

(b) **Conteúdo do relatório e sua forma** (com peso de **30% do conceito final**):

(c) **Apresentação do relatório** (com peso de **40% do conceito final**):

(Sugestão sobre observações a serem realizadas pelos tutores durante a avaliação presencial):

Envolvimento do (s) autor (es) no trabalho apresentado	
Qualidade do material apresentado	
Uso adequado dos recursos de apresentação	
Domínio de conteúdo	
Clareza e precisão da linguagem	
Uso apropriado do tempo disponível	
Presença e interação durante as apresentações	

(d) **Conceito Final:**

- () **A** de 3.50 a 4.00;
- () **B** de 2.75 a 3.49;
- () **C** de 2.00 a 2.74;
- () **D** de 0.01 a 1.99;
- () **F** não realizou o Estágio

OBSERVAÇÕES:

- Esta Ficha deverá ser preenchida individualmente (**uma para cada aluno**).
- Situações excepcionais serão apreciadas pela Comissão de Estágio.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – DERAD 018

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO

Este formulário objetiva conhecer sua avaliação da experiência proporcionada pela disciplina **DERAD 018 – Estágio Supervisionado I**. Esta avaliação será muito importante para identificar pontos positivos e negativos da experiência e permitir seu aperfeiçoamento.

Não há necessidade de identificação, e sim, da máxima franqueza nas respostas.

Obrigado e boa sorte na continuidade do Curso!

Comissão de Estágio.

Instruções:

Para cada item de avaliação, preencha os parênteses utilizando a seguinte escala:

0 – Péssimo; 1 – Ruim; 2 – Regular; 3 – Bom; 4 – Muito bom.

– Se considerar importante, justifique a avaliação de cada item.

1. OBJETIVO GERAL DO ESTÁGIO ()

Oportunizar aos estudantes a vivência junto a agricultores de sua região, permitindo que possam relacionar essa experiência aos conteúdos das disciplinas do Curso, bem como auxiliar na problematização da realidade regional da agricultura na perspectiva do Desenvolvimento Rural, permitindo o reconhecimento da estrutura, da organização e das especificidades das unidades de produção agrícola escolhidas como local de estágio.

Justificativa da avaliação:

2. METODOLOGIA GERAL DO ESTÁGIO

2.1 Etapa de PREPARAÇÃO para o Estágio: ()

Justificativa:

2.2 Etapa do ESTÁGIO propriamente dito:

2.2.1 Atividades na Unidade de Produção Agrícola: ()

Justificativa:

2.2.2 Apoio do Orientador de Campo: ()

Justificativa:

2.2.3 Suporte no Polo: ()

Justificativa:

2.3 Etapa de ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO de Estágio: ()

Justificativa:

3 APOIO VIRTUAL

3.1 Quantidade de informações fornecidas: ()

Justificativa:

3.2 Qualidade das informações fornecidas: ()

Justificativa:

3.3 Interação Virtual com os tutores a distância (rapidez, clareza e eficiência): ()

Justificativa:

4 IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA PARA SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PESSOAL: ()

Justificativa:

5 ESPAÇO PARA RELATAR OUTRAS OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES QUE CONSIDERE RELEVANTES:

- 10. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS**
Leonardo Xavier da Silva (org.)
- 11. QUESTÃO AGRÁRIA E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**
Luiz Fernando Mazzini Fontoura
Roberto Verdum (org.)
- 12. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL**
Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto
Lenivaldo Manoel de Melo
Cláudio Machado Maia
- 13. PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**
Alberto Bracagioli Neto
Ivaldo Gehlen
Valter Lúcio de Oliveira
- 14. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA**
Jalcione Almeida (org.)
- 15. GESTÃO E PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA**
Saionara Araújo Wagner
Elvio Giasson
Lovois de Andrade Miguel
João Armando Dessimon Machado
- 16. MERCADOS E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS**
Paulo Dabdab Waquil
Marcelo Miele
Glauco Schultz
- 17. ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS PARA A AGRICULTURA**
Valter Lucio de Oliveira (org.)
- 18. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA**
Susana Cardoso
Fábio de Lima Beck
Fernanda Bastos de Mello
Fábio Kessler Dal Soglio (org.)

Tipologia utilizada no texto:
Lapidary333 BT, 12/14,4
Offset 75g
Impresso na Gráfica da UFRGS – www.grafica.ufrgs.br

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – admeditora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Sara Viola Rodrigues • Editoração: Luciane Delani (coordenadora), Carla M. Luzzatto, Fernanda Kautzmann, Michele Bandeira e Rosângela de Mello; suporte editorial: Alexandre Giaparelli Colombo, Jeferson Mello Rocha e Renata Baum Ortiz (bolsistas) • Administração: Najára Machado (coordenadora), Aline Vasconcellos da Silveira, Jaqueline Trombin, Laerte Balbinot Dias, Maria da Glória Almeida dos Santos e Valéria Gomes da Silva; suporte administrativo: Getulio Ferreira de Almeida, Janer Bittencourt • Apoio: Laércio Fontoura.



Este livro restitui a experiência de alunos, professores e tutores a distância envolvidos na disciplina Estágio Supervisionado em Unidades de Produção Agrícola (DERAD 18) do Curso de graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER/UFRGS), na modalidade a distância.

O Estágio Supervisionado em Unidades de Produção Agrícola visa oportunizar aos docentes uma vivência junto a agricultores de sua região, permitindo relacionar essa experiência aos conteúdos didáticos. Além de aspectos legais, operacionais e pedagógicos, este livro procura apresentar uma reflexão acerca da experiência vivenciada pelos diferentes atores sociais envolvidos na preparação e realização desta atividade de estágio.